

ATA N.º 6/XIII/2024

Sessão Ordinária setembro/2024

27/09/2024

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção do Público;
- 2 - Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Ata nº1/24 - XIII Mandato - sessão ordinária de fevereiro - 23.02.2024;
 - 3.2 - Ata nº2/24 - XIII Mandato - Sessão Extraordinária - 12.03.2024;
 - 3.3 - Ata nº3.1/24 - XIII Mandato - sessão ordinária de abril - 1ª reunião - 19.04.2024;
 - 3.4 - Ata nº3.2/24 - XIII Mandato - sessão ordinária de abril - 2ª reunião - 22.04.2024;
 - 3.5 - Ata nº4/24 - XIII Mandato - Sessão Extraordinária - 25.04.2024;
 - 3.6 - Proposta de valor das participações financeiras das famílias para a frequência nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
 - 3.7 - Contrato de arrendamento de frações não habitacionais para a instalação de equipamentos sociais e/ou desenvolvimento de atividades de apoio social;
 - 3.8 - Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre:
 - Câmara Municipal da Moita
 - Agrupamentos de Escolas da Baixa da Banheira e Vale Amoreira | Agrupamento de Escolas D. João I | Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira
 - Ai9.PT - Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital;
 - 3.9 - Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre:
 - Câmara Municipal da Moita
 - Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento Escolas da Moita | Agrupamento Escolas José Afonso
 - ETPM - Escola Técnica Profissional da Moita;
 - 3.10 - Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais de um espaço, sito na Venda do Alcaide, Bairro Pinheiro Grande, no Pinhal Novo - Retificação da Deliberação n.º141/XIII/2024;
 - 3.11 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, atendendo a que a 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Deputada Cláudia Fera, pediu a sua substituição, o Presidente da Assembleia Municipal designou a Deputada Carmen Lima, do Grupo Municipal do PS, para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Cláudia Sofia Alves Dias Fera foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Hélder Loução Guerreiro
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por João Vasco Ramos Neves
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Daniel José Viegas Serpa

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Sandra Isabel Casaca de Castro, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Ivo Manuel Pereira Pedaço.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**Sr. Manuel Lourenço Rodrigues**

Intervio em conformidade com a transcrição infra:

“Há cerca de 1 ano, ao tomar conhecimento da situação do ensino da música na Moita, fiquei deveras incomodado e cometi o enorme erro de intervir numa sessão da Assembleia Municipal da terra onde cresci e vivi durante 20 anos. Falei do deserto cultural da vossa terra e falei de um amigo matador de touros, professor universitário. Falei e regressei a minha casa. Não imaginava que tinha direito a resposta. Essa resposta que vi online no dia seguinte diz tudo sobre o que se está a viver na Moita.

Quando pensei que iria ser bem acolhido pelos meus alertas fui surpreendido com uma resposta arrogante e ofensiva. A partir desse dia, o meu telefone e as minhas redes sociais foram invadidas por mensagens de apoio, denúncias, empurrões para a fogueira desta política que abomino.

Antes desta tourada, em que já levei meia dúzia de coordenadas, colhidas, ameaças violentas à minha vida privada, tinha iniciado contactos com a futura chefe de divisão cultural para uma exposição de quadros de madeira. À exposição, fomos acrescentando workshops de madeira, conferências das histórias da minha terra, da vossa terra, desculpem, e um concerto no final. Tudo esteve agendado por sugestões dos técnicos da biblioteca da Moita, onde estamos. Pelo meio, recebi mensagem de Natal do Presidente, que terminava dizendo que o mundo para ele era uma ervilha. Aproveitei e agradeci, e sugeri a oferta de uma mesa de xadrez feita pelo meu pai. O Presidente respondeu de imediato que aceitava a proposta de oferta da mesa para esta biblioteca e a realização de um torneio de xadrez anual.

Pelo meio, o fotógrafo da Câmara pediu o meu contato para uma colega me ligar, para fazer uma pequena entrevista para as comemorações dos 50 anos de Abril. Nunca me contactaram, mas eu fui das 18 pessoas que foi à inauguração daquela miserável instalação, que nada expõe.

Pelo meio, uma manhã ao entrar no largo, vi uma mulher muito elegante e aproximei-me da Câmara. Ao passar junto dessa pessoa oiço um indivíduo a dar ordens para os funcionários da limpeza tirarem os pendões da manifestação do 25 de Abril. Ao roçar do café, peguei no telemóvel, apontei ao chão e perguntei à funcionária quem mandou tirar os pendões. Disseram-me há dias que, numa sessão de Câmara, o Presidente disse ter cedido apoio jurídico para a funcionária agir judicialmente contra mim. Ora, quem ouviu o Presidente dar essa ordem foi a senhora de calças lilases que estava perto do Presidente.

Pelo meio, o processo judicial que o Presidente desenvolveu, com a assinatura da Doutora Maia Marques, que nos cobra 63000 euros por 18 meses de prestação de serviços, contra o munícipe Paulo Caetano.

Pelo meio, comecei a receber mensagens a avisar que havia processos judiciais contra a minha pessoa.

Pelo meio, porque na vida sempre produzi muitos eventos sem qualquer subsídio, fiz concertos nos Jerónimos, na Catedral de Cartago, nas Astúrias, em Madrid, em Toronto.

Perante o bloqueio da Câmara às minhas propostas, com amigos de sempre, fizemos o momento mais alto das comemorações dos 50 anos de Abril na Moita. No dia um de junho, o salão nobre da Mutualidade encheu-se para ouvir o Francisco Fanhais e Luísa Amaro. O Francisco Fanhais cantou na Moita, pela primeira vez, a custo zero para a Câmara. Vou repetir. A custo zero para a Câmara. O que se viveu naquela tarde cultural e de democracia ficará para sempre nos corações dos presentes.

Pelo meio, nas festas da Moita, não houve só entretenimento barato e vulgar, pago a preços astronómicos com os nossos impostos, houve uma tarde de fado de elevado nível, com a presença de Luís Ribeiro e outros grandes fadistas. Nessa tarde de fado, o palco da liberdade e a tertúlia da liberdade, estiveram expostos nos meus quadros que aqui na Câmara estou proibido de expor. E, faço aqui só uma ressalva, está aqui uma exposição nesta biblioteca finalmente digna. Vejam a exposição que aqui está. Finalmente esta biblioteca tem uma exposição digna e eu já registrei ali no livro. Nessa tarde foram expostos os meus quadros e quadros de uma artista plástica, Alexa.

Pelo meio, na tarde do Fogareiro, a tertúlia da liberdade encheu-se com o som da música da vossa terra. Ver sair da tertúlia da liberdade um grupo de músicos a tocar as músicas que todos que gostamos, fez-me vir, reforçou a necessidade de vir aqui hoje dizer o que estou a dizer.

Pelo meio, em vésperas dos 50 anos de Abril, ao vir intervir numa sessão de Câmara, via a parede do cimo das escadas tapada com um grande lençol branco. Afastei o lençol para ver quem dormia debaixo dele e dormiam molduras de loja do chinês com imagens dos presidentes das câmaras depois do 25 de Abril, mas não estava a fotografia do meu pai. Com este gesto, esta Câmara truncou a história do pós 25 de Abril. Truncaram uma parte da nossa história, o período revolucionário. O meu pai foi Presidente da Comissão Administrativa, eleita em plenários, durante 942 dias, num período extremamente difícil da vida política da vossa terra. No Barreiro, na casa da cidadania, existe um painel com todas as vereações depois de Abril, e a vereação da Comissão Administrativa está com grande destaque nesse painel.

Por fim, perante o que passei neste último ano, pelas ofensas, pelas provocações, pela falta de respeito por parte do atual Presidente da Câmara e porque o meu pai não merece ter sido truncado da história da vossa terra, venho devolver a medalha que o meu filho recebeu das mãos de quem não merece ser nosso Presidente. Aos que não perceberam as minhas mensagens, a minha profunda irritação, a minha paixão pela vossa terra, peço sinceras desculpas. Não vos virei incomodar mais, nem em parte nenhuma vou voltar a incomodar-vos com a minha irreverência. Vou só aqui falar num provérbio popular que diz quando se sabe nadar e o rio é muito estreito, deve-se ir nadar para o mar. Já nado no mar há muitos anos, aqui, agora, o rio é muito estreito e está cheio de lama. Há lama no cais, muita lama no cais. Obrigado à Moita, que me fez ser a pessoa que sou. Viva a liberdade. Viva a democracia, que é uma coisa que ainda não aconteceu na minha terra.

Por fim, dizer que ser proibido falar na sessão de Câmara de anteontem é a revelação máxima do que se está a viver. Eu apelo aos partidos da oposição para pensarem bem o que é que estão aqui a fazer. Nós estamos aqui numa Assembleia Municipal, onde existe uma aliança do PS com o Bloco de Esquerda que está a defender a aliança do PS com o Chega na vereação da Câmara, portanto, estamos a falar de duas alianças em que se une PS, Bloco de Esquerda e Chega, que é uma coisa histórica. E, vou terminar dizendo uma coisinha daquelas que eu tenho que dizer, vocês estão a representar aqui 42% dos eleitores da Moita. 68% não votaram. Eu sou dos 68. Eu voto em branco há 30 anos. Vocês só representam 42%. O PS representa 15% dos eleitores e, neste momento, metade do PS não se vê representado na atual direção, o que quer dizer que estamos a ser governados por 8% dos cidadãos da nossa terra. Só 8% apoia esta vereação e, desses 8%, 6% apoia, porque estão todos condicionados, há muita coisa, há pessoas hoje em dia que votam por quase 400 euros de avença mensal, há pessoas que estão condicionadas, há avenças que foram feitas irregularmente, pessoas que foram pressionadas a serem militantes do PS, pessoas que foram obrigadas a votar.

Por favor, eu peço uma coisa, e vou-me despedir e vou-me embora para sempre. Recebi várias mensagens para não desistir. Recebi uma mensagem que me orgulha muito, que é um dos homens que mais luta pela democracia na Moita, um indivíduo que tem um espaço que eu acho que todos deviam ver, que é o Zé Mário, e recebi uma mensagem para não deixar o espaço político da Moita. Dizia que eu sou a pessoa que mais força tem na Moita para representar aqueles que não podem falar, os oprimidos, as pessoas que não podem trabalhar, e todos os apelos que estou a receber fazem-me ir embora com muita satisfação, porque pelo menos consegui abanar a barraca. Consegui dizer o que muita gente gostava de dizer e não foi capaz.

E, para todos vocês que estão aí em cima, não deixem a democracia morrer. Vivemos 50 anos de fascismo, eu na quarta-feira tive atrás de mim o filho do Brito de Sousa a condicionar a minha participação, mas o senhor Presidente não me deixou falar. Por favor, não deixem isto voltar ao fascismo porque a liberdade é muito bonita, a democracia ainda é mais e esta terra merece ter o progresso que não tem há muitos anos. É uma tristeza ver as casas abandonadas nas ruas principais,

na rua onde eu passei há dias as árvores levantam o piso e as pessoas passam ali sem condições nenhuma. A Moita precisa de uma renovação muito importante. Os fundos que estão a chegar a Portugal não estão a vir para a Moita. Vocês comparem o que se passa nas outras câmaras. A pessoa vai às outras câmaras e vê o progresso e aqui vê uma pasmaceira, vê festas brancas, festas amarelas, festas azuis. Cuidem da qualidade de vida das pessoas. Eu cortei um dedo há dias, tive que ir ao hospital do Barreiro porque na Moita não havia ninguém para sarar o dedo.

Por fim, eu deixei a medalha a uma funcionária da Câmara, e queria que uma funcionária da Câmara também viesse buscar aqui o diploma que entregaram, porque na minha casa não queremos medalhas entregues pelo atual Presidente. Um dia que haja outros ares receberemos a medalha com muito gosto. Medalhas desta gente, não, desta gente que nem é gente sequer, como diz o meu amigo.”

Sr. João Henriques

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“Quero deixar aqui bem claro, bem claro, que eu não sou inimigo ninguém, eu falo com toda a gente, seja com quem for. O que me traz cá, eu sei que fizeram uma pequena revisão do PDM, esse PDM, provavelmente, não deve estar enquadrado com o PDM de lei, que é a Lei nº31/2014, de 30 de maio, e o regime jurídico deste PDM é o nº 80/2015, de maio. Eu venho questionar esta Câmara, como é que é possível não terem revisto o PDM. O PDM há 10 anos que não é revisto. E como é que conseguem aprovar uma instituição para fazer um centro de saúde, ou uma clínica, enquanto a Câmara, este concelho da Moita está de rastos.

Vejamos. A Câmara de Palmela, a evolução que ela fez, a Câmara do Barreiro, a evolução que ela fez, a Câmara de Setúbal da mesma forma, a Câmara de Alcochete e do Montijo há qualidade de vida, e a Moita não tem qualidade de vida, ou seja, a Moita morreu. Não temos indústria, não temos habitações, o estado das estradas e passeios é o que se vê. Eu viajo muito por esses concelhos e vejo que eles, em 2023, reviram o PDM. O PDM desta Câmara foi revisto só um pouco, mas falta o resto. Não esteja a abanar com a cabeça que não é porque é, eu provo-lhe por A mais B percebe? Quando eu falo o senhor está sempre contra mim, mas eu vou-lhe dizer, eu quando tenho que dizer as coisas digo na cara das pessoas. Seja com quem for. Eu, quando venho aqui, falo com verdade, e o senhor, não sei o que é que o senhor tem contra mim, cada vez que eu falo do senhor está sempre contra mim. Eu acho que nunca o prejudiquei, nunca o tratei mal, sou amigo de toda a gente, cumprimento toda a gente, e o senhor está-me a dizer que não, mas eu provo-lhe aquilo que estou a dizer, e o senhor sabe que cada vez que eu venho a uma Assembleia e a uma reunião de Câmara, foi dito pelo senhor, numa Assembleia Municipal no ano passado nos Paços do Concelho, você disse que uma pessoa, o João Henriques, é o único que fala verdade. E o senhor agora vem dizer, não desculpe, que eu sou o mentiroso e o senhor é que é verdadeiro? Então é melhor ficarmos por aqui.”

Sr. Paulo Caetano

Intervieio em conformidade com a transcrição infra:

“O tema que me traz aqui não é novo, é novamente a Quinta do Quadrado, é a minha eterna luta, e hoje vinha falar aqui num assunto, porque a Câmara da Moita tem, e muito bem., espalhado por certas zonas do concelho, umas placas que dizem que é proibido poluir o ambiente e que vai numa coima até 17000 euros, portanto, eu venho aqui hoje, com todo o direito de cidadão com os impostos em dia, que não deve nada a ninguém, que pago impostos neste concelho, pelo menos por enquanto, estou a pensar seriamente retirar a minha empresa deste concelho, porque não tenho vontade de pagar impostos onde nasci, faz dia 17 57 anos. Não tenho gosto em pagar impostos num concelho que me trata da forma que me tem tratado durante estes anos todos, não é só agora, mas agora acho que é altura de haver uma mudança e continua a não haver, portanto, venho aqui com o direito de pagador de impostos em dia, com os impostos todos em dia, exigir ao senhor Presidente da Câmara que faça cumprir a lei, porque isto não é só mandar passar multas às pessoas que se indignam com as suas não respostas e com as suas, como o senhor gosta de dizer, inverdades. Não é só mandar o Ministério Público passar multas a pessoas que se indignam com isso, como o senhor fez comigo, e já lá vamos mais à frente porque é isso é uma vergonha, o Ministério Público até recorreu disto para o Tribunal da Relação, por uma multa de 150 euros, que supostamente será uma multa, vamos ver se será.

Portanto, venho exigir que o senhor Presidente faça cumprir a lei que está lá nas placas, eu tenho fotografias e tenho vídeos disso tudo, e que vá autuar, penso eu que seja a empresa que explora o tiro ao prato. Se o senhor quiser eu espero um bocadinho para falar com o seu vizinho do lado, porque eu gostava que me ouvisse com atenção, porque acho que é um direito que tenho também, não é? Também acho que conquistei esse direito ao longo destes quase 57 anos. Portanto, exijo que o senhor vá passar a coima, penso que à empresa que explora o tiro ao prato, porque onde o senhor tem a placa,

eu tenho fotografias e vídeos de plásticos, aquelas fitas de plástico com que se assinalam os acidentes e essas coisas, que a empresa do tiro ao prato pôs a assinalar a zona que vocês nunca deviam ter alugado ao tiro ao prato, nem vocês nem o anterior executivo, e que alugaram, e essas fitas estão espalhadas pelo chaparral por todo lado. Uma zona que é reserva ecológica, que é a única mancha florestal do concelho, ou pelo menos é a maior mancha. Depois há para aí umas coisinhas, mas aquilo é a maior mancha florestal do concelho, e estão lá, tenho tudo registado, fitas espalhadas por todo o lado, portanto, é poluição, e todos nós sabemos que o plástico é algo que demora anos a deteriorar-se e que tem um nível de poluição elevadíssimo.

Portanto, está lá a placa com o artigo, com o número do decreto-lei, com tudo, portanto, senhor Presidente, é só mandar lá os fiscais aplicarem a lei e multarem, julgo eu que seja a empresa do tiro ao prato que explora o tiro ao prato, que por acaso não está sediada na Moita, não paga impostos na Moita, que explora um tiro ao prato que, a meu ver, não devia funcionar, porque está a poluir a natureza, está a destruir sobreiros, que são árvores centenárias protegidas por lei, com a conivência da Câmara Municipal da Moita. Repito, com a conivência da Câmara Municipal da Moita, que recebe mil e poucos euros de renda. Recebe, quer dizer, há 12 anos que não recebia, foi preciso nós descobrirmos isso para que houvesse ali uma negociação e acho que estão a pagar conforme querem e lhes apetece, um acordo que o senhor Presidente fez com eles, ou que a Câmara fez com eles, e como a Câmara é presidida pelo senhor Presidente julgo que terá o seu aval. Portanto, recebem mil e tal euros de renda por ano e depois gastam dezasseis mil e tal euros a ir limpar a mata que a empresa que explora o tiro ao prato suja, que a empresa que explora o tira ao prato tira dividendos, e a Câmara recebe mil e tal euros por ano e vai lá gastar e pagar a uma empresa dezasseis mil e tal euros para ir limpar aquilo, e andarem a cortar sobreiros sem autorização, porque já temos informação que não houve autorização nenhuma para cortarem lá sobreiros, que é uma árvore protegida por lei, e também estamos a tratar disso para ver como é que é, portanto, exijo ao senhor Presidente que mande lá a fiscalização ir multar a empresa do tiro ao prato.

Se não for a empresa do tiro ao prato, terão que multar a própria Câmara, não sei como é que isto funciona, porque a própria Câmara é culpada daqueles plásticos lá andarem porque a Câmara alugou o chaparral ao tiro ao prato quando aquilo devia ser usado, e eu já fiz várias vezes propostas, e eu até pago a renda daquilo para fazermos ali uma pista para as pessoas andarem a pé, a fazerem caminhadas, para fazer uma pista de ciclismo, o que for, para proveito de todas as pessoas e não de uma empresa que nem sequer paga impostos no concelho, que explora aquilo e depois paga mil e tal euros por ano à Câmara e a Câmara gasta dezasseis mil e tal para ir lá limpar aquilo. Isto é uma vergonha. Isto é um escândalo. Peço desculpa, mas isto é um escândalo, portanto, fico à espera que o senhor Presidente atue em conformidade e que faça cumprir a lei, porque está lá a placa e está lá o decreto-lei e tudo.

Outra questão. Volto à questão da rua das Andorinhas e da promessa... Senhor Presidente, se não me quiser ouvir, eu posso terminar também e ir-me embora imediatamente, ou então se estou aqui a falar para o boneco, vou-me embora, não vale a pena. Volto à rua das Andorinhas, uma promessa feita e registada em sessão de Câmara, está gravado, pelo senhor Presidente, que até ao final de 2024 queria alcatroar a rua das Andorinhas. Há uns meses atrás, o senhor Presidente veio dizer que não podia alcatroar a rua das Andorinhas porque aquilo tinha lá uma mancha REN e que não se podia alcatroar em marcha REN. Já disse, já voltei a repetir, que há vários casos no concelho de situações idênticas em que foi alcatroado, no próprio IC 33 há uma zona que atravessa a REN e está alcatroado, está impermeabilizado e, além disso, o senhor Presidente, como já disse, na sessão de Câmara do mês passado, volto a dizer aqui, o senhor Presidente já impermeabilizou o terreno, já lá meteu alcatrão, porque aquilo que o senhor Presidente, o fresado do IC 33, não foi o senhor Presidente, foi a empresa que fez aquilo, como o senhor Presidente disse, acordos que tem com a Câmara e tal, ok, mas a mando da Câmara e com autorização e a mando da Câmara, foi posto lá alcatrão. É fresado é alcatrão, tem todos os componentes do alcatrão, porque aquilo é alcatrão fresado, portanto, se há aqui algum crime já foi cometido. O senhor já impermeabilizou e já meteu o alcatrão na zona REN, portanto, isso já aconteceu.

O que me parece a mim, com o devido respeito, salvo melhor opinião, é que isto é desculpa de mau pagador, porque o senhor Presidente também não pode achar que as pessoas são estúpidas e que são parvas e que não veem as coisas que estão à frente dos olhos para toda a gente ver. Aquela verba, se era para alcatroar este ano, tinha que ter sido metido no orçamento deste ano, que foi aprovado em 2023, não é? E não foi posto no orçamento da Câmara, então se não foi posto, o senhor Presidente nunca teve intenção de mandar alcatroar a rua das Andorinhas. Foi mais uma inverdade, como o senhor gosta de dizer. Foi mais uma inverdade sua. O senhor nunca teve intenções de alcatroar a rua das Andorinhas, foi só mandar-nos o alcatrão para os olhos, e isso é muito chato. E sabe o que é que é mais chato? É quando eu me lembro que este ano, felizmente, e muita gente aqui não vai concordar comigo,

e ainda bem, por isso é que vivemos em democracia, as pessoas têm todo o direito de não concordar umas com as outras, mas vão me dar também o direito de dizer isto e ter esta opinião.

Ainda bem que este ano não fogo de artifício na Moita, se calhar, a Câmara não poupou nada, porque teve que pagar, mas não havia de haver nem este ano nem nunca mais, na minha opinião, com respeito por todas as outras pessoas que tenham opinião diferente. O ano passado, segundo informação que tive, queimaram-se 75000 euros em 5 minutos e na Quinta do Quadrado, a rua das Andorinhas, não custa tanto dinheiro alcatroar aquilo. Se calhar, para a Câmara, custa metade ou pouco mais de metade. Portanto, acho inadmissível queimar, e tudo bem, as pessoas gostam, é bonito, mas queimar, segundo informação que tive, 75000 euros em 5 minutos, eu que me custa tanto o dinheiro a ganhar, que tenho cinco hérnias discais e ainda hoje andei-me a arrastar para trabalhar, custa-me tanto a ganhar o dinheiro e custa-me tanto também ver queimar dinheiro assim desta forma, mas isto é a minha opinião e respeito quem tenha opiniões diferentes.

Relativamente à multa, espero que o senhor Presidente, que é uma pessoa que gosta tanto de meter pessoas em tribunal e de multar pessoas, como já fez comigo, que passou uma multa porque, supostamente, eu interrompi uma sessão de Câmara. 150 euros, aquilo foi para o tribunal, a Juíza diz que aquilo não faz sentido nenhum, que não tem competência para fazer aquilo e manda para o Ministério Público da Moita, e o Ministério Público da Moita, isto faz-me um bocado confusão na minha cabeça, recorre para o Tribunal da Relação, uma multa que, supostamente, se for passada, será uma multa de 150 euros. Eu pergunto, quanto é que isto custou ao erário público? Quanto é que isto, se eu algum dia for multado em 150 euros, já custou ao ministério público? E como é que temos a justiça que temos, tantas pessoas que não conseguem chegar à justiça por ser tão cara e por não terem possibilidades, e o Ministério Público da Moita recorre de uma coima que, supostamente, serão 150 euros para o Tribunal da Relação.”

Sr. Ricardo Carregosa

“Eu não estou aqui a título particular, eu estou aqui como representante da AMASS – Associação de Moradores do Alto de São Sebastião e, à semelhança do que foi feito ontem na Assembleia de Freguesia, pedimos para estarmos aqui hoje e pedimos a palavra para nos darmos a conhecer e também adiantar alguns pontos que pedíamos ajuda à Câmara na resolução daquilo que é hoje alguma prioridade no nosso bairro.

Fazendo aqui um pequeno enquadramento, a AMASS nasceu este ano, no mês de junho, mais concretamente no dia 12 de junho, e foi uma associação que nasceu de forma espontânea. O ano passado, houve uma procissão da Nossa Senhora de Fátima, que percorreu as principais ruas do concelho e passou pela nossa rua, neste caso, na rua Pedro Soares, e a vizinhança, de uma forma quase que também espontânea, juntaram-se e fizeram uma decoração específica para aquele dia para receber a imagem nessa procissão. A partir daí, viu-se o entusiasmo e de uma forma muito descontraída, as pessoas falaram umas com as outras e resolvemos então criar esta associação. Numa fase inicial, não sabíamos muito bem como é que havíamos de fazer, pedimos ajuda a quem estaria mais por dentro destes assuntos, vimos os custos que tínhamos com a criação da associação e avançámos com alguns eventos para angariação de fundos, e à semelhança do que foi feito ontem na Assembleia da Junta de Freguesia, aproveitamos também para agradecer à Câmara Municipal da Moita, que nos apoiou na organização destes eventos, e do qual ficamos muito agradecidos porque, de facto, sem esses apoios, tanto da Junta como da Câmara, como também dos moradores, não era possível termos realizado a receita que precisávamos para a fundação da Associação.

Passando aos pontos que nós queremos aqui apresentar, como associação de moradores, começámos a falar com todas as pessoas que moram por lá, nós inclusive distribuímos uns papelinhos pelos correios com pedidos de sugestões de melhoria, e selecionámos uns quantos, aqueles que para nós parece-nos mais fáceis de executar. Nós temos outros pontos de infraestruturas, de algumas mudanças na zona pública, mas que entendemos que são intervenções mais encorpadas e, como tal, vamos deixar isso mais para a frente. Queremos começar também devagarinho e aquilo que é o nosso ritmo, e passo desde já a dizer os pontos que nos também trazem aqui, da qual nós pedimos ajuda à Câmara Municipal para resolução.

O primeiro ponto para nós tem carácter urgente, e digo urgente porque estamos a entrar na época do Outono, tem a ver com a limpeza das ruas no Alto de São Sebastião, com a limpeza urbana. Nós tínhamos um varredor que estava a trabalhar lá todos os dias e que, de facto, conseguiu, durante o período que lá esteve, assegurar a limpeza das ruas, no entanto, esse trabalhador já não consta, pelo menos nós nunca mais o vimos lá a trabalhar. Temos visto, de facto, algumas intervenções que não sabemos se são semanais ou se são pontuais dos trabalhadores da Câmara, com o apoio daquele aspirador que anda pelas ruas, e que não sabe explicar o nome, mas, de facto, não é o suficiente, uma vez que, dada a sua sazonalidade, a falta de regularidade desse trabalho, há ali um acumular e agora

no Outono, com a queda das folhas, e ali o jardim do Largo da Juventude tem muitas árvores de folha caduca, com a queda das folhas, nomeadamente, também com a falta de civismo que existe de algumas pessoas e os miúdos da escola que também fazem ali algum lixo, nós daqui por umas semanas vamos começar a ter a rua como tivemos o ano passado, atolada de folha, de lixo, e pedíamos de facto apoio nessa parte.

Entre outros pontos, aquilo a que nós nos propomos, além de representar os moradores do Alto São Sebastião, há também um trabalho de fundo que acreditamos que vai ser bastante interessante, quer para os moradores, quer para os alunos e professores das escolas, que é criar ali uma maior proximidade entre quem mora no Alto de São Sebastião e as escolas. Posto isto, falamos com a Professora Débora Borges e desafiámos para fazer ali um projeto engraçado decorativo, com decoração de rua, agora para a época de Natal. Vai envolver professores, vai envolver alunos, vai envolver moradores e também os membros da Associação, onde vamos fazer uma decoração com algumas peças decorativas de rua que vão ser colocadas no jardim do largo da Juventude. Uma vez que o jardim não tem muita iluminação, uma das coisas que também queríamos pedir aqui à Câmara de apoio, era, de facto, um reforço durante o período de Natal, com alguns projetores, para dar visibilidade às obras que vão ser feitas e, se possível, não é preciso nada muito elaborado, às vezes, mais vale simples, mas com bom gosto, alguma decoração alusiva ao Natal.

Depois, outra questão que os moradores também se têm queixado, e tivemos inclusive uma situação esta semana de uma senhora que caiu, tem a ver com os passeios. Nós temos a vindo a sofrer ali um problema com a degradação dos passeios, motivada em parte pelos autocarros da Carris, porque os autocarros da Carris, e acreditamos que não façam por mal, mas usam o Alto de São Sebastião quer para descanso, quer para fazer manobras, e os autocarros frequentemente passam por cima das bermas e dos passeios. O que acontece é que os passeios se têm vindo a degradar, temos ali zonas muito específicas e muito movimentadas que têm as pedras da calçada soltas, e vínhamos também pedir, se possível, que fizessem ali uma intervenção no sentido de recuperarmos um bocadinho ali a segurança das pessoas na via pública com o arranjo dessas mesmas calçadas.

Depois, outra questão que nós também temos e que é para nós muito importante, e é um problema que já existe há muitos anos, que já tivemos ali uma solução, mas que desapareceu, tem a ver com a subida do cemitério. A subida do cemitério é o caminho principal dos alunos quando vão para a escola e é o caminho principal que nós temos para descer aqui ao centro da vila quando vimos a pé. O que acontece é que a rua, a subida do cemitério, não tem bermas, não têm um caminho ou um trilho pedestre que nos ofereça segurança, estamos ali a caminhar no meio da estrada e a desviar para a terra batida cada vez que vem um carro ou um autocarro. E, de facto, também temos consciência que uma intervenção à séria poderá ser um projeto mais rebuscado, mas pedíamos a vossa colaboração na criação de uma solução para que as pessoas possam, de facto, andar por essa rua e ter acesso, quer para quem vai para a escola, quer para quem vem aqui a vila, com a segurança que é necessária.

Depois outra questão, e falando no tema segurança, acontece com muita frequência os entusiastas das velocidades irem ali para o recinto da escola fazer algumas aceleradelas nos seus carros, principalmente à noite, de dia há mais movimento, mas principalmente à noite, e nós temos ali, felizmente, muitos habitantes com crianças, com miúdos, para além de termos também as crianças da escola. Então, o que é que acontece? Estes automobilistas entram ali no Alto de São Sebastião a acelerar e vão até ao recinto da escola em alta velocidade. Para tentarmos travar um bocadinho isto, o que é que nós pensamos que pudesse ser a solução, e não tendo conhecimento técnico para isso, vós, melhor que nós, poderão arranjar outra solução se acharem que esta não faz muito sentido, que é pôr ali algumas lombas, não na zona que é habitada, um bocadinho mais à frente já a caminho da escola. Ou seja, a ideia seria colocar umas lombas onde era antigamente a entrada da escola secundária e que começa a fazer a curva, no sentido de desmotivar ali um bocadinho o excesso de velocidade. Para nós é uma forma de travar um bocado esse problema e também ficarmos aqui um bocadinho mais descansados, porque as crianças brincam muito no jardim, depois atravessam a estrada a correr para ir ali aos cafés onde estão os pais, e com muita frequência acontece as crianças irem a atravessar a estrada e vir um carro a acelerar por aí afora.

Para terminar, também para não querer tomar muito mais tempo nesta Assembleia, nós temos uma coisa, eu pessoalmente e todos os meus colegas da Associação, porque nascemos e crescemos a ver aquilo, e os moradores mais antigos também, que é a luz do depósito de água. A luz do depósito de água foi sempre para nós um símbolo ali do nosso bairro. Era uma luz, antigamente, verde e que era visível a uma longa distância da Moita e as pessoas muitas vezes questionam porque é que o depósito às escuras. É uma coisa que, aparentemente, parece que não tem grande importância, mas para nós que crescemos com aquela luz ali do depósito, é uma coisa que nos cria ali alguma, não digo angústia, mas que, de facto, entristece-nos ver que o depósito está completamente às escuras. Não sabemos que foi por uma questão de avaria, não sabemos se foi uma questão de economia, hoje existem outras soluções de iluminação mais económicas e, de facto, pedimos também aqui à Câmara que nos

repusesse a iluminação do depósito porque, de facto, é um alento, um mimo que nós temos ali, e as pessoas gostavam de ver novamente o depósito iluminado.

Dou então assim por terminada esta nossa intervenção. Mais uma vez, agradecer a todos vós, nós já temos preparado um dossier com um plano de atividades para 2025 que vamos fazer chegar ao executivo da Câmara, e novamente agradecer a todos vós e agradecer novamente à Câmara pela colaboração e o apoio que nos deu.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente à primeira intervenção pouco ou nada há a dizer, somente dizer que foi dada a palavra a todos aqueles que quiseram intervir. A única coisa que houve o cuidado, não sendo perceptível em que é que a honra de alguém teria sido melindrada, foi fazer uma pergunta, e a pessoa, de livre e espontânea vontade, rapidamente se apressou a entregar o objeto e ir embora, de livre e espontânea vontade. Face a isso, nada mais há a dizer, as atitudes do próprio são sobejamente conhecidas, por isso pouco há a acrescentar.

Depois, sobre o painel da entrada, acredita que, certamente, não agradará a todos os democratas, trata-se dos autarcas eleitos após as eleições democráticas de 1976. A Comissão Instaladora foi outra coisa, são coisas diferentes. Terão cada uma a sua dignidade própria, mas estão a falar de duas coisas diferentes e ali, efetivamente, o que se quis homenagear foram aqueles autarcas que foram eleitos após as eleições democráticas que ocorreram em 1976, por isso, sobre todas as demais observações, pouco ou nada há a dizer. O senhor tenta, uma e outra vez, entrar para a esfera particular, ou para a esfera pessoal, o que só a ele o caracteriza e a mais ninguém.

Dizer só que agradece, e agradece mesmo, que não voltem a enviar mensagens para a sua esposa, porque uma coisa é o próprio, outra coisa é a sua família, e isso é que não pode de maneira alguma aceitar, sob qualquer forma, não conseguindo chegar até si, que tentem entrar na sua esfera familiar. Isso não pode aceitar. Isso é algo que, em democracia, todos, e todos aqueles que aqui ocupam lugares, devem repudiar. São figuras públicas, o que decorre da natureza daquilo que é o exercício das suas funções, as suas famílias são as suas famílias e, mais uma vez, repudia tais atos, não os aceita e é indigno.

Relativamente ao senhor João Henriques, que é sempre bem-vindo a esta Casa, como todas as pessoas, sob quaisquer circunstâncias, venham elas expor os temas que quiserem expor, existem duas hipóteses. Acredita que não tenha tido oportunidade de estudar bem estes temas. ou quem o informou informou-o mal. A Câmara Municipal, desde que este executivo, tomou posse fez, até ao momento, neste caso, duas alterações ao PDM, uma que é a UOPG5, que era para resolver um erro material da REN que tinha mais de 10 anos, e um erro tem que ser corrigido. Todos podiam pensar que quando uma entidade verifica que tem um erro, seria de fácil resolução, uma coisa de uma semana, dois dias, não, demorou um ano e meio, mas é assim que as coisas funcionam. Tiveram que seguir todo o procedimento normal, a concertação com as diversas entidades, a consulta pública, e demorou um ano e meio para, volta a dizer, corrigir um erro material cometido há mais de 10 anos atrás e que ninguém reparou.

Pronto, esse erro foi corrigido, está corrigido, Depois, foi PGRI, que é o plano de adaptação às alterações climáticas a zonas de cheia, uma coisa que é decorre de implementação da lei, é obrigatório por lei, e também já fizeram esta alteração, tal como tiveram que fazer todos os outros 307 municípios do país. É uma coisa obrigatória. Não há muita margem para escolha. É a aplicação daquilo que decorre da lei. E para aplicar aquilo que decorre da lei, é o PGRI, e também aí, mais uma vez, estão a proceder a essas alterações, mais uma vez obrigatórias por lei, e é nisso que se concentram as alterações deste executivo. Quanto à revisão do PDM, sim, querem iniciar ainda este mandato a revisão do PDM, mas é uma coisa que, depois de se dar início, demorará o seu tempo e, certamente, não ficará concluída neste mandato.

Todas as outras observações são livres, as pessoas são livres de se sentir melhor ou pior. O próprio gosta muito de morar no concelho da Moita e não o trocava por outro concelho. É só o que tem a dizer.

Relativamente ao senhor Paulo Caetano, que faz aqui um conjunto de observações, o senhor Paulo Caetano já é conhecido de outras andanças, ora, quem tiver tempo e oportunidade, basta ir ver o que é que aconteceu numa sessão no Seixal, e ao consultar o polígrafo numa publicação do dia 9/10/2020, onde este mesmo senhor se ajoelhou numa assembleia municipal do Seixal, ou numa reunião do Seixal, a imputar um conjunto de culpas à Câmara, quando na realidade se veio a verificar que a culpa era do

próprio. Também aqui, nada de novo. Todas as questões já foram prontamente respondidas, mas ainda assim, e regista, e mantém o que disse, as verbas no orçamento estavam previstas para fazer as obras que tinham previsto serem feitas, mas compreende que o instrumento, o documento do PDM, não é simples leitura para todos, e acredita que seja daí que advêm as dúvidas que o mesmo tem, mas são dúvidas que cabem ao próprio. Haveria, certamente, capacidade e se não houvesse capacidade não seria dada essa indicação, não fora o alerta, já teria avançado. E acha que na altura, a própria intervenção do eleito da CDU, que veio na sequência da sua intervenção, também deixou clara essa mesma matéria e o que o que é que estaria em causa, por isso também pouco ou nada mais há a acrescentar.

Relativamente ao senhor Ricardo Carregosa, que veio aqui em representação de uma associação, dizer que tomaram nota de algumas observações, daquilo que aqui foi sendo dito e daquilo que explicou e foi identificado, mas para melhor fruição e melhor desenvolvimento daqueles que são os seus trabalhos, o que ia solicitar era que, a par daquilo que é feito com outras associações, que houvesse então a disponibilidade para reunir com o Gabinete do Associativismo e Coesão Territorial, para que haja o devido acompanhamento, como são feitas a outras associações de moradores e outro tecido associativo e coletividades, para dar percussão aquela que é a sua missão, àqueles que são os seus objetivos. Por isso, a melhor maneira de haver um trabalho entre as câmaras e as associações é haver reuniões entre essas associações, e os órgãos que têm por missão acompanhar essas mesmas associações, a exemplo daquilo que já foi feito até com esta mesma associação no passado. Será sempre bem-vindo as vezes que aqui quiser vir colocar as questões que achar por bem, mas para que o trabalho possa ser mais profícuo é mesmo marcar uma reunião com este Gabinete.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

A prática da CDU foi sempre de ouvir todos aqueles que aqui vêm, e mais ainda, foi deslocarem pelo concelho a sessão na Assembleia Municipal, e também na Câmara Municipal, para fazerem sessões descentralizadas, para estarem mais perto da população e para melhor ouvirem a população. O que se passa com este mandato é que até essa descentralização não existiu, apesar de algumas promessas, não existiu essa descentralização e o que notam é que, muitas vezes, demasiadas vezes, algumas das respostas que são dadas pelo senhor Presidente, em particular, provocam um tipo de clima como têm visto nas últimas sessões, e viram hoje mais uma vez aqui. Independentemente das razões, do modo, às vezes, tempestuoso e, às vezes, até indelicado com que algumas questões são colocadas, exige-se a um Presidente da Câmara a frieza suficiente para responder com outro nível, com o nível que se exige a um eleito numa autarquia e nem sempre isso acontece.

Há aqui várias questões que aparecem, que tomaram toda a nota, mas convém referir algumas em particular, e vai começar por uma das questões do senhor Manuel Rodrigues. Lamentam imenso a entrega que o Senhor Manuel Rodrigues fez, a distinção foi dirigida ao seu pai, o seu pai teve um papel fundamental na instauração do poder local no concelho da Moita, todos lhe devem isso. Acha que o tipo de conversa que existiu em várias reuniões da Assembleia Municipal, em várias reuniões da Câmara Municipal, não dignificou ninguém, e caberia ao Presidente da Câmara, em primeiro instância, ter sabido ter tido a capacidade de não entrar por alguns caminhos pelos quais entrou.

O senhor Paulo Caetano deixou aqui, mais uma vez, a questão do alcatroamento da rua das Andorinhas, e referiu um caso interessante, que foi a aplicação do fresado do alcatrão, que é muito mais danoso para o ambiente do que o próprio alcatrão, e não é caso único em zonas de REN ter sido aplicado esse fresado no concelho. É um comportamento que este município tem, digam, “uma chico espertice”, utilizar um resíduo de umas obras numa estrada, um resíduo que não é nada inerte e que tem algum grau de contaminação dos solos por arrastamento da chuva.

O senhor João Henriques também é alguém que vem cá com regularidade, com muita regularidade, e independentemente de gostarem, não gostarem, concordam, ouvem sempre com muita atenção todos e o senhor João Henriques também, portanto, desgosta-os, o que muitas vezes tem acontecido.

Em relação à pretensão do senhor Ricardo Carregosa da Associação de Moradores do Alto de São Sebastião, valorizam muito aquilo que foi aqui dito. É muito importante. As associações de moradores, as comissões de moradores têm um papel fundamental na democracia local, e acha mesmo que a criação de uma nova associação de moradores pode ser um exemplo para que outras possam ser criadas, e apontaram as questões que foram levantadas e que vão, naturalmente, acompanhar, dizendo, à partida, que várias delas são comuns a outras partes do concelho, nomeadamente, a limpeza

das ruas, as calçadas degradadas, a necessidade de medidas de acalmia de trânsito junto à porta das escolas. São coisas que são comuns e que não têm visto resposta, portanto, vão continuar atentos e esperam que a próxima vez que o senhor Ricardo Carregosa vier aqui seja para colocar outras questões, porque estas, entretanto, já foram resolvidas. Esperam sinceramente que isto aconteça, apesar de saberem que não tem sido esta a prática neste mandato.

Aproveita este momento também, até porque se falou aqui em processos crime e por que lhes foi confidenciado pelo próprio, a bancada da CDU quer perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal se tem conhecimento que o município da Moita, dirigido por alguém a quem o Senhor Presidente entendeu considerar como “o seu Salgueiro Maia”, apresentou uma queixa-crime contra um Presidente desta casa, alguém que o antecedeu no cargo, apenas por continuar a exercer uma forte atividade cívica.

Também gostava de saber se o senhor Presidente tem conhecimento de quantas queixas foram apresentadas a munícipes, a trabalhadores da Câmara e outras pessoas que aqui vêm trazer as suas posições, apresentar as suas questões, porque têm conhecimento de várias e creem que são bastantes. Para um “Salgueiro Maia”, é muita ameaça.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora, do Grupo Municipal do BE

As questões que queria colocar aqui são muito simples. Em primeiro lugar, é agradecer todas as intervenções que são feitas nesta Casa e que contribuem para a melhoria do trabalho autárquico. Agradecer, nomeadamente, a criação da nova associação de moradores. 50 anos depois de Abril é algo que o deixa muito satisfeito e muito esperançado, assim espera que continuem o trabalho que estão a desenvolver e que sejam bastante exigentes com as autarquias responsáveis pela vossa área de residência, nomeadamente, a Câmara Municipal e a respetiva Junta de Freguesia.

Quanto ao Campo de Tiro, é algo que também o deixa um bocadinho apreensivo, e isto já foi aqui abordado duas vezes e, ao que parece, colocado numa zona de REN. Segundo toda a gente diz, o chumbo é algo prejudicial aos terrenos também e os tiros que se dão ali não devem ser de sal, com certeza, portanto, o chumbo e os plásticos que normalmente vão à frente dos cartuchos poluem toda aquela zona, pelo que continua a não compreender como é que se mantém ali um campo de tiro no concelho, numa zona de REN.

Quanto à questão do PDM que foi levantada, pensa que é sempre bom levantar esta questão, independentemente de lhes agradar ou não, é um alerta que é necessário fazer. Começa a ser urgente que o PDM do concelho seja revisto, há muita gente prejudicada com o PDM que é preciso tentar alterar, não só para desenvolver o concelho, principalmente para desenvolver o concelho, mas também para corrigir alguns erros que foram cometidos no passado em algumas zonas mais agrícolas do concelho.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Em seu nome pessoal e em nome da bancada do Partido Socialista, quer felicitar todos aqueles que aqui vêm e trazem os assuntos que muito bem entendem. É saudável verificar que na Assembleia Municipal todos os assuntos podem ser discutidos, falados, abordados. Quer agradecer a todos aqueles que aqui vêm e trazem as diversas situações porque é fundamental, é importante continuarem a falar, é importante que os munícipes continuem a trazer as diversas questões. Obriga-os sempre a pensar sobre elas, algumas são de conhecimento geral, outras nem tanto, algumas situações que surgiram da intervenção dos 4 munícipes que aqui estiveram são importantes, merecem reflexão, algumas são preocupantes. Está a lembrar-se, e concorda, com o Deputado António Chora relativamente ao Campo de Tiro e a questão do chumbo, a questão das rendas também é uma situação que convinha tomar alguma atenção, verificar. Portanto, nesse sentido, pela utilidade todas as intervenções, o Partido Socialista, naturalmente, agradece a todos os que aqui vêm e está sempre disponível para ouvir todos os que aqui vem.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Queria responder ao senhor João Henriques e dizer que não o interrompeu, não lhe disse nada, o senhor tem toda a liberdade e o próprio também tem a liberdade de poder mexer a cabeça, ou então para a próxima tem que fazer de homem estátua para o senhor não o criticar. Lamenta, mas nunca o interrompeu, portanto, não está a perceber porque é que fez essa observação.

Em resposta ao senhor Deputado João Figueiredo, em relação aos processos e tudo isso, realmente, não tem conhecimento disso. Isso decorre da Câmara e sabe muito bem distinguir, apesar de ser da mesma força política e de apoiar este executivo da Câmara e este Presidente, as funções de um e as funções de outro. Em relação àquilo que referiu, decorreu de uma entrevista que deu e referia-se ao

campo partidário, à luta partidária que, na altura, ali se definia. O termo não é mais correto, foi uma metáfora que usou internamente dentro do Partido Socialista, não quis ofender ninguém, quis só dizer que foi com esta pessoa que se deu a mudança de 46 anos neste concelho, e esta pessoa está aqui pelo voto popular do povo. Todos estão, mas uns com mais votos que outros, e o cargo de Presidente é de quem tem mais votos. No próximo ano existem eleições e logo verão porque darão novamente a palavra ao povo. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, julga que aqui tem um comportamento igual para com todos e respeita toda a gente, em relação às suas posições políticas só a si, realmente, dizem respeito, e julga que são bastante democráticas, portanto, nada mais lhe oferece dizer sobre isto.

Por não ter mais pedidos de intervenção deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - “Moção Sobre os Incêndios Florestais e solidariedade com todos os envolvidos no combate aos mesmos nomeadamente os bombeiros”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- 2.2 - “Moção Os soldados da paz”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.3 - “Saudação aos Bombeiros Portugueses, e solidariedade para com as vítimas dos incêndios”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.4 - “Moção Por uma política digna de combate a incêndios e desenvolvimento do mundo rural, valorizando os bombeiros”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.5 - “Saudação à comunidade escolar do concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;
- 2.6 - “Saudação pelas Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem de 2024”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.7 - “Saudação pelo 45º aniversário do SNS”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.8 - “Moção Transferência de Competências para as Autarquias, na Área da Educação”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.9 - “Moção Defender a Autonomia do Poder Local, rejeitar a imposição de tarifas pela ERSAR”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do BE para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

“Moção Sobre os Incêndios Florestais e solidariedade com todos os envolvidos no combate aos mesmos nomeadamente os bombeiros

Considerando que:

1. Os fogos florestais trouxeram de novo, neste final de Verão de 2024 a tragédia ao País, consumiram cerca de 135 mil hectares, de que resultaram mais de uma dezena de vidas perdidas entre elas bombeiros, casas e explorações agrícolas afetadas, atividades económicas e empregos atingidos.
2. A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais é, consequência de décadas de políticas erradas, no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior, na desenfreada expansão do eucalipto e no desordenamento florestal.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de Setembro de 2024 decide:

1. Manifestar o respeito pela pequena e média agricultura e produção florestal e pecuária, como elementos essenciais à ocupação do território, e reclamar do Governo os apoios necessários e urgentes ao seu desenvolvimento.
2. Exigir do Governo os apoios necessários para os Bombeiros Voluntários fazerem face às despesas efetuadas no combate aos incêndios.
3. Transmitir o mais sentido reconhecimento a todos os que, nas diferentes áreas da proteção civil, nomeadamente aos militares, às forças de segurança (PSP e GNR) e aos bombeiros, que arriscaram a vida intervindo para minimizar danos e prejuízos.
4. Manifestar a todas as populações atingidas e, em particular às vítimas e seus familiares, o nosso pesar e a mais profunda solidariedade.
5. Recordar solenemente os mais de 254 bombeiros que nos últimos 44 anos morreram em serviço, (incluindo as 4 vítimas destes incêndios).

Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada aos comandos de todas as entidades envolvidas e ao Governo, nomeadamente aos ministérios da Administração Interna e Agricultura, bem como deve esta assembleia fazer um minuto de silêncio em homenagem a todos os caídos neste combate.

Moita 27 de Setembro de 2024.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Moção
Os soldados da paz

9 mortos e 120 feridos, estas são as vítimas contabilizadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, além dos 147 mil hectares de área ardida, sendo estes os números provenientes dos incêndios rurais que atingiram, entre os períodos compreendidos entre 15 e 20 de setembro, sobretudo as regiões Norte e Centro do país, mais concretamente nos distritos de Porto, Aveiro, Braga, Vila Real, Coimbra e Viseu, tendo inclusive destruído dezenas de habitações.

Não menosprezando todas as vidas perdidas nesta tragédia, pois são todas de igual importância, enalteço o heroísmo e altruísmo dos quatro soldados da paz que perderam a sua vida, no decorrer do combate a estes incêndios, cumprindo o que dita o seu juramento de bandeira, sacrificando assim as suas vidas em prol dos seus concidadãos.

Estas perdas, bem como aquelas que se vêm verificando nos últimos anos (nos últimos 44 anos já se somam 254 mortes só no que aos bombeiros concerne), fazem-nos questionar, se os nossos bombeiros possuem capacidade para enfrentar o combate aos incêndios com que o nosso país se vem deparando, provavelmente, por inação dos sucessivos governos.

Talvez esteja na altura de se olhar, de forma diferente para a resposta em que o país assenta, resposta esta, assente numa rede de associações humanitárias e de bombeiros voluntários, passando a implementar-se finalmente a profissionalização dos bombeiros, podendo esta ser a solução, para que não estejamos sempre na angústia da falta de capacidade de resposta.

Mesmo que já existam corporações que tenham nas suas fileiras equipas profissionais, a resposta tem-se verificado manifestamente insuficiente e, infelizmente estas sucessivas tragédias, quase anuais demonstram-no.

Ainda que muito bem preparados, tendo em conta a criação de corredores de segurança, definição de áreas de intervenção prioritária ou do ponto de vista legislativo, naquele momento crítico, tudo isso se torna insuficiente e isso traduz-se em perdas de vidas humanas, animais, bens que levam uma vida inteira a adquirir e empresas que conferem emprego e, conseqüentemente contribuem para a economia.

A Liga dos Bombeiros é uma das interessadas nesta profissionalização e, está na hora de dirigir a atenção para quem mais entende do assunto, e que, ainda antes de toda esta tragédia, mais concretamente no dia 04 de setembro de 2024, quase prevendo o que iria suceder, enviou uma proposta de portaria para o executivo, reforçando a necessidade urgente da definição de uma carreira do bombeiro.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera, no dia 27 de setembro de 2024 que, caso a presente moção seja aprovada, se deva pugnar por:

1. Se mover esforços, por parte do governo, estudando-se a progressiva profissionalização dos Bombeiros e conseqüente criação da carreira de bombeiro;
2. Enviar a presente moção para o Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. primeiro-ministro, aos ministros, de Estado e das Finanças, da Presidência, da Administração Interna, dos Assuntos Parlamentares, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos secretários de Estado, da Proteção Civil, Adjunto e do Orçamento, da Administração Pública e do Trabalho, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e secretários-gerais da UGT e CGTP;
3. Enviar a presente moção para os municípios de Tábua e Matosinhos, municípios esses que sofreram as perdas infelizes nas suas corporações de bombeiros;
4. Enviar a presente moção para a Liga dos Bombeiros Portugueses;
5. Enviar a presente moção para a Associação Nacional de Municípios Portugueses;
6. Efetuar um minuto de silêncio em memória de todas as vidas perdidas nesta tragédia;

Deverá ser ainda dado conhecimento do teor, bem como do seu sentido decisório da presente moção aos órgãos de comunicação social distritais.

Assembleia Municipal da Moita, 27 de setembro de 2024

Bruno Mendes”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.3.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

“Saudação aos Bombeiros Portugueses, e solidariedade para com as vítimas dos incêndios

Voto de Reconhecimento ao Trabalho Extraordinário e Excecional dos Bombeiros Portugueses nos Recentes Incêndios Florestais desta última semana em Portugal.

A Assembleia Municipal da Moita reunida a 27 de Setembro 2024 expressa, através deste voto, o seu mais profundo reconhecimento e agradecimento aos bombeiros portugueses, e restantes agentes da Proteção Civil, pelo seu trabalho extraordinário e excecional no combate aos recentes incêndios florestais que devastaram várias regiões do país.

Num cenário de grande adversidade, marcado por condições meteorológicas extremas e a propagação rápida dos incêndios, os bombeiros demonstraram, uma vez mais, um espírito de sacrifício e dedicação inigualáveis. Com coragem, resiliência e um compromisso inabalável com a segurança e proteção das comunidades, estes profissionais foram além dos seus limites físicos e emocionais para salvar vidas, preservar bens e mitigar os danos ambientais.

A sua atuação pronta, e eficaz revelou-se crucial na contenção dos incêndios e na minimização e mitigação das suas consequências, frequentemente arriscando as suas próprias vidas em prol da segurança coletiva. A bravura e o empenho demonstrados são dignos da mais alta consideração e respeito por parte de todos os cidadãos.

Diante disso, a Assembleia Municipal da Moita, apresenta este voto de reconhecimento, sublinhando o papel fundamental dos bombeiros portugueses como verdadeiros heróis nacionais e pilares de proteção civil no país. Que o seu exemplo de dedicação e altruísmo inspire toda a sociedade, e que as condições de trabalho e apoio a estes profissionais sejam sempre garantidas, de modo a permitir que continuem a desempenhar o seu papel com a máxima eficácia e segurança.

Aos bombeiros de Portugal, o nosso mais sincero e profundo agradecimento, e às vítimas dos incêndios que perderam vidas e bens incalculáveis a nossa sentida solidariedade.

Solicitamos a esta Assembleia, e por respeito em memória das vítimas um minuto de silêncio.

Esta Saudação deverá ser enviada para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Liga dos Bombeiros de Portugal, Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, ANMP e ANAFRE.

Moita, 27 de setembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.4.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

“Moção Por uma política digna de combate a incêndios e desenvolvimento do mundo rural, valorizando os bombeiros

Portugal vive neste momento uma situação dramática em consequência dos incêndios que atingiram o centro e norte do país. Face a esta calamidade os eleitos nesta Assembleia Municipal, manifestam toda a solidariedade para com as vítimas destes incêndios e louvam o esforço e dedicação dos bombeiros profissionais, de voluntários, com uma menção especial aos bombeiros voluntários do nosso concelho que prontamente estiveram também eles presentes, das populações, bem como a todos aqueles que combateram e combatem sempre heroicamente as chamas, arriscando as próprias vidas em socorro das populações afetadas.

Não podemos deixar de manifestar o nosso pesar pela perda de vidas humanas, feridos e desalojados, lamentando ainda a destruição provocada no território, em património natural, infraestruturas, habitações, explorações agrícolas e empresas, mas não podemos esquecer para que situações destas não voltem a acontecer, impõe-se que, sejam garantidos todos os meios para o reforço ao combate aos incêndios e a salvaguarda das populações.

Num quadro em que persiste e se intensifica o abandono do território, com uma crescente desertificação populacional e o desinvestimento na prevenção e limpeza, urge que se tomem medidas para uma verdadeira prevenção dos incêndios, que se adotem com urgência, verdadeiras políticas de prevenção e combate aos incêndios e da tomada de medidas de proteção civil que garantam a segurança das populações e dos operacionais.

Para que situações como a que atualmente nos deparamos não voltem a assumir estas dimensões, urge promover uma política que garanta a coesão territorial e o ordenamento do território, uma política de florestas que promova a floresta autóctone, mas também a coesão social, a valorização do trabalho e dos trabalhadores, desde logo dos bombeiros e todos os profissionais envolvidos no combate aos incêndios.

Mais uma vez será preciso recuperar tudo aquilo que o fogo destruiu, recuperar habitações, recuperar atividade económica e postos de trabalho e para que isso aconteça será necessário e urgente mobilizar todos os meios nacionais.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de setembro de 2024 delibera:

1. Manifestar o seu pesar para com as vítimas e suas famílias;
2. Manifestar a sua solidariedade para com todos aqueles que no terreno têm dado combate aos incêndios, apoio às vítimas e a procurar minimizar o sofrimento de todos os que foram atingidos pelos incêndios;
3. Reivindicar por uma política efetiva do Governo de apoio aos Bombeiros e suas Associações;
4. Reivindicar para que sejam tomadas as medidas necessárias no âmbito do ordenamento, investimento e valorização da floresta, da prevenção de incêndios, do combate ao abandono rural, do incentivo à produção florestal e agrícola;
5. Reivindicar que todas as medidas a adotar sejam acompanhadas dos meios financeiros e humanos necessários.

Moita, 27 setembro 2024

Os eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Neste momento os membros da Assembleia Municipal colocaram-se de pé e realizaram **um minuto de silêncio em homenagem às vítimas dos incêndios**.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PSD para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD

“Saudação à comunidade escolar do concelho da Moita

A educação é o alicerce fundamental no desenvolvimento de qualquer comunidade, sendo a Escola um dos pilares no desenvolvimento das capacidades intelectuais, morais, sociais e físico-motores, na aquisição de conhecimentos e na inserção das pessoas na vida ativa e na sociedade. A Escola é um espaço onde, para os mais novos, os sonhos se constroem, os futuros se definem e será sempre também um veículo gerador de oportunidades para os adultos que nela encontram as bases fundamentais para a concretização de projetos pessoais e profissionais. Ao investirem na sua formação, os adultos tornam-se mais competitivos e preparados para enfrentar desafios, num mercado de trabalho em constante mudança, transformando as suas aspirações em realidades concretas e significativas.

A comunidade escolar é formada por diversos agentes, além de professores, alunos, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Também é composta por um conjunto de profissionais, familiares e parceiros que desempenham um papel fundamental na construção do processo de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento. Enquanto gerador embrionário de currículos, a influência da escola transcende os muros da sala de aula e para que a sua ação seja completa e eficaz, é fundamental contar com a colaboração de diversos profissionais e parceiros.

A parceria entre a Autarquia e a Escola é e será sempre um importante contributo para os nossos alunos terem acesso a uma educação de qualidade e poderem desenvolver todo o seu potencial. No passado ano letivo lançaram-se as bases do projeto “Assembleia Municipal Jovem”, que tem como principal objetivo motivar e desenvolver competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a participação dos jovens para as questões fundamentais do poder local, que se espera venha a concretizar-se no presente ano letivo.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida dia 27 de setembro de 2024, saúda:

- os alunos do concelho da Moita, desejando que este ano seja repleto de novas descobertas, desafios superados e conquistas memoráveis;
- os professores do concelho da Moita, desejando um excelente ano letivo, que sejam verdadeiros agentes de transformação social e que vejam a sua carreira docente valorizada;
- os assistentes técnicos e assistentes operacionais, que são parceiros indispensáveis na construção de uma escola inclusiva e de qualidade. O seu trabalho contribui para o bem-estar de todos os membros da comunidade escolar;
- as famílias, que são o primeiro ambiente de aprendizagem das crianças e jovens, influenciando diretamente o desempenho escolar e o desenvolvimento dos alunos como cidadãos;
- outros profissionais e parceiros, que desempenham papéis cruciais na construção de uma comunidade escolar mais rica e dinâmica.

Esta saudação deverá ser enviada a todos os Diretores dos Agrupamentos de Escolas e de Escolas Não Agrupadas do concelho da Moita, aos respetivos Presidentes dos Conselhos Gerais e às Associações de Pais e E.E. do concelho.

Moita, 27 de setembro de 2024

O deputado municipal do PSD

Elvis Freitas”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Estando, praticamente, noventa e muitos por cento de acordo com esta moção, gostaria apenas de deixar aqui duas notas. A primeira tem a ver com alguma carga que se dá na formação dos adultos para a questão profissional, portanto, a valorização profissional que se obtém através do ensino, esquecendo, muitas vezes, a formação pessoal antes da formação profissional. Felizmente, conhece vários exemplos de pessoas que foram estudar, até para o ensino superior, depois da sua carreira ativa. Reformaram-se e foram para a universidade porque acharam que agora, finalmente, tinham tempo de aprender algumas coisas que não tinham enquanto tinham as suas carreiras ativas.

Depois, a outra questão que o fez intervir, e admite que isto é uma questão de formação pessoal, mas acha que seria bastante mais correto, na segunda linha, onde têm “a escola é um dos pilares do desenvolvimento das capacidades intelectuais, morais, sociais”, trocaria, “morais” por “éticas”, porque parecendo que não, não são significados.

Deputado Elvís Freitas do Grupo Municipal do PSD

Deve dizer que a ética não se aprende na escola. O sentido ético é intrínseco à pessoa, ou tem ou não tem, como tal, não lhe parece que seja fundamental fazer aqui uma troca de palavra, até porque os conceitos podem estar imbricados um no outro. Não lhe parece que seja por aí, mas se o Deputado João Figueiredo fizer questão, porque também não se encontra “alicerçada em parede de cimento”, não se importo de acrescentar “éticas”, ficando “a escola é um dos pilares do desenvolvimento das capacidades intelectuais, morais, éticos, sociais”.

Por último, e só para dar uma pequena nota, é que lhe apraz, finalmente, discutir qualquer coisa com algum substrato e que não sejam só “alcatrões e pancada no Presidente”.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Após obter a concordância do proponente e do plenário quanto à alteração efetuada, e por não mais ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.6.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

“Saudação pelas Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem de 2024

As Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, que decorreram entre os dias 06 a 15 de setembro de 2024, atraíram à Vila da Moita milhares de visitantes, sendo estas festas um dos principais cartões de visita ao nosso Concelho, pela sua diversidade Cultural, Religiosa e igualmente de animação e convivência, que se traduz em verdadeiras romarias à Vila da Moita, recebendo nesses dias pessoas vindas de várias zonas do País e até mesmo fora de Portugal.

A Procissão Solene em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, ex libris destas festas, a festa brava, os espetáculos musicais, o rio e toda a componente que envolve as grandiosas embarcações típicas do Tejo, a Gastronomia, a cada vez mais afamada Tarde do Fogareiro, mas também as “Gentes” da Moita e a sua capacidade de saber receber, fazem destes dias um verdadeiro espírito de partilha e alegria que marcam quem cá vive, mas especialmente quem nos visita.

As tradicionais Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, foram, são, e continuarão a ser as “Festas Rainha” do nosso Distrito!

A Assembleia Municipal da Moita, enaltece e saúda o Conselho Coordenador das Festas, e a Câmara Municipal da Moita, pelo extraordinário trabalho na preparação e execução das Festas. Saúda também os trabalhadores do Município da Moita, pelo grande esforço e dedicação nas montagens e acompanhamento diário a todas as necessidades que surgem no decorrer das nossas Festas.

As Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, são assim marcadas por diversos intervenientes na realização das mesmas, e nesse sentido, é da maior justiça e reconhecimento, enaltecer e valorizar o extraordinário trabalho das Forças de Segurança, Guarda Nacional República. Saudamos também o enorme empenho e dedicação dos Bombeiros Voluntários da Moita no acompanhamento diário das Festas, dando uma resposta eficaz e pronta a todas as ocorrências, e a Equipa do Serviço Municipal de

Proteção Civil, que em conjunto com as Forças de Segurança e Bombeiros, desenvolvem um trabalho muito significativo no terreno. Ainda à área da Saúde que no decorrer das Festas, está em permanência no hospital de campanha dando resposta às necessidades mais emergentes.

A Assembleia Municipal, agradece e saúda assim, profundamente o trabalho de todos os envolvidos, que permite continuar a dar às Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem um selo de qualidade inigualável.

Moita, 27 de setembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

A bancada da CDU, naturalmente, associa-se à saudação que aqui é apresentada às Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem e também a todos os que a realizaram, a todos os que contribuíram para ela e, de forma geral, à população da Moita e a quem os visitou. Não vão propor qualquer alteração ao texto que aqui está, mas querem, exatamente, que fique registado em ata algum excesso de autossatisfação ou de exagero que aqui parece, nomeadamente, quando refere “o trabalho extraordinário de preparação e execução das festas feito pela Câmara Municipal”. De facto, as festas no global são positivas, merecem o seu voto favorável na saudação, mas esta autossatisfação extraordinária não lhes faz sentido aqui a ser referida, até porque nem tudo correu bem.

Estão a falar da questão dos acessos, dos estacionamento, de pessoas com mobilidade reduzida, estão a falar também da areia da avenida, que não foi retirada logo no domingo quando devia ter sido, porque na outra segunda-feira era abertura das escolas e os pais e os encarregados de educação viram-se aflitos para chegar às escolas, portanto, nem tudo foi um mar de rosas. Não fica bem, até porque é uma moção do Partido Socialista, sem ofensa para ninguém, mas nem tudo foi o mar de rosas que aqui é dito, e em nome da honestidade têm que fazer essa referência, mas acompanham, naturalmente, com o seu voto favorável.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não mais ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.7.

Deputado João Vasco Neves do Grupo Municipal da CDU

“Saudação pelo 45º aniversário do SNS

No passado dia 15 de setembro completaram-se 45 anos desde que foi publicada a Lei 56/79, que pela primeira vez dá forma ao Serviço Nacional de Saúde.

Inscrito na Constituição da República Portuguesa como instrumento da concretização da responsabilidade prioritária do Estado em garantir o direito à saúde, a criação de um serviço público de saúde resultou em Portugal da iniciativa revolucionária do povo e de muitos profissionais de saúde no contexto da Revolução de Abril, nomeadamente no Serviço Médico à Periferia, verdadeiro embrião e matriz do SNS, que a partir de 1975 começou a levar jovens médicos para o interior, ficando para sempre ligado à prestação de cuidados primários no nos territórios mais carenciados do interior.

Estruturado e consagrado 4 anos mais tarde na Lei que hoje comemoramos, o SNS, uma obra maior da democracia portuguesa, enfrentou inimigos desde o seu início. Mas teve também quem sempre o defendeu: profissionais de saúde, utentes e o povo portugueses.

Todos sabemos que o SNS, com o investimento adequado, é o único garante do “acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”. Por isso, é determinante continuar a luta para salvar o SNS.

Defender o SNS é combater o seu subfinanciamento, é defender a valorização dos seus profissionais, é defender a renovação e ampliação dos seus quadros e das suas instalações de forma a dar resposta às contínuas e crescentes necessidades de uma população cada vez mais idosa.

Mas defender o SNS é também combater a privatização da saúde, combater a continuada saída de valências do serviço público para o privado, é combater a entrada patrocinada de Unidades de Saúde Tipo C e contrariar o aparecimento de unidades hospitalares privadas, que no nosso concelho apenas e só, irão ajudar mais uma vez a degradar os serviços no hospital público que serve a nossa população.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de setembro 2024,

- Saúda todos os trabalhadores do SNS que ao longo destes 45 anos fazem do Serviço Nacional de Saúde um exemplo para o resto do mundo, contribuindo para um aumento extraordinário na esperança média de vida em Portugal e para uma queda abrupta da mortalidade infantil;

- Saúda todas as comissões de utentes da saúde, que de norte a sul do país têm tido um papel fundamental na defesa do SNS.

Moita, 27 setembro 2024

Os eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

O SNS diz muito ao Partido Socialista, como é evidente. António Arnaut, quando foi considerado o pai da lei, ligou-os a esta situação de uma forma total e absoluta. É evidente que bancada do Partido Socialista gostava muito de votar favoravelmente esta saudação, mas não pode, de maneira nenhuma, de forma nenhuma, concordar com este parágrafo, esta aversão crónica sobre os privados na saúde. Não têm esses dogmas, não têm essas limitações, e ousaria, deve ser um bocado audácia minha, mas enfim, convidar a bancada da CDU a retirar o parágrafo que é tão avesso à privatização deste tipo de serviços. Enfim, é um exagero. Tal como há pouco dizia o membro da Assembleia, Deputado Municipal João Faim, também aqui se verifica um enorme exagero. Não é preciso ser tão avesso à privatização, é preciso regulação, é preciso controle, é preciso cuidado como é evidente, mas não têm este tipo de dogmas. Por isso, gostariam muito de votar favoravelmente a saudação, mas é indispensável a retirada do parágrafo, o que fica à consideração do Grupo Municipal da CDU.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

A bancada da CDU não altera a sua moção, porque isso é, exatamente, a defesa do Serviço Nacional de Saúde e é aqui que se reveem. E, já agora, o Partido Socialista arvora-se de pai ou criador do Serviço Nacional de Saúde, e pode ficar com os louros, mas se não fosse o movimento popular, se não fosse a conjectura política no momento, nunca tinham avançado com o Serviço Nacional de Saúde. Mas, o Partido Socialista também se pode orgulhar de uma coisa, que é o coveiro, ou tem sido um dos coveiros do Serviço Nacional de Saúde, e acabou agora mesmo de o provar ao querer retirar este parágrafo que é, exatamente, o principal na defesa do Serviço Nacional de Saúde, portanto, não podem retirar esse parágrafo. Não o podem retirar, o Partido Socialista que hoje vote como entender e que se retrate.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Tudo bem, sem problema. Só queria referir que o pai precisa da mãe para fazer as coisas, portanto, a mãe pode ser considerada o povo, e com certeza que concordam com isso. Relativamente ao sentido de voto do Partido Socialista estão esclarecidos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a votação, a **saudação** foi **reprovada** por **maioria** com onze votos a favor, sendo nove da CDU, dois do BE; três abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes; quinze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“Votei em abstenção pois não interessa se é público e privado, mas sim o tratamento da população, seja qual seja a sua proveniência.”

Declaração de voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Votei contra porque, sinceramente, às vezes acho que não consigo pactuar com a hipocrisia. Há muita gente que fala, e não estou a falar de pessoas aqui dentro, mas há muita gente por este país fora que se manifesta contra os privados na medicina, mas depois, quando estão doentes, são os primeiros a recorrer aos privados porque tem dinheiro para isso. No entanto, quem os ouve falar, são contra, mas depois vão lá quando precisam.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“Nós votámos favoravelmente, naturalmente, em coerência com a moção que apresentamos, porque o Serviço Nacional de Saúde é, exatamente, e na sua criação, na sua fundação, tem exatamente a sua matriz de serviço público universal e tendencialmente gratuito para todos os portugueses, para todos os cidadãos. E é nesse sentido e não podendo de maneira nenhuma aceitar aquilo que são as parcerias público privadas, por exemplo, como o hospital da Amadora Sintra, em que presta um serviço pior que o Serviço Nacional de Saúde nos hospitais públicos e que absorve milhões e milhões e milhões do orçamento de Estado, isso é o negócio dos privados com que nós não pactuamos, por isso votámos em coerência com a moção que apresentámos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.8.

Deputada Susana Martins do Grupo Municipal da CDU

“Moção Transferência de Competências para as Autarquias, na Área da Educação

O Processo de Transferência de Competências para as autarquias na Área da Educação teve início em 1984, sempre alicerçado numa interpretação (tendenciosa) do princípio da descentralização e, mais recentemente do princípio da subsidiariedade.

Com o Decreto-Lei nº 21/2019, o governo transferiu para as autarquias competências na área da educação, algumas indevidamente retiradas às escolas, e, desresponsabilizou-se de problemas que têm vindo a gerar frequentes e justos protestos e insatisfações de pais, alunos, trabalhadores não docentes e professores.

Nomeadamente (e entre outros):

- a) O acesso aos transportes escolares – que coloca, atualmente, problemas de difícil resolução, quer a nível logístico, quer a nível financeiro, e que não estão acautelados, tanto maiores quanto mais marcada for a dispersão geográfica e populacional e mais fraca a rede de transportes públicos existente.
- b) O apoio alimentar, cuja competência de gestão foi alargada aos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino de 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, com forte impacto financeiro e na operacionalização dos processos inerentes a esta gestão.
- c) A contratação de pessoal e a gestão de recursos humanos, baseado num rácio inadequado, que compromete o normal funcionamento da escola, quer ao nível da segurança e vigilância dos alunos, quer ao nível do trabalho administrativo. Importa ainda referir que o DL 21/2019 não atenta um conjunto de outras obrigações legais, como saúde e segurança no trabalho, trabalho

extraordinário, fardamento, formação, progressão nas carreiras, entre outras, que ficaram à vontade e encargo de cada município, aumentando em muito a despesa inerente.

- d) A requalificação do parque escolar e a construção de novas escolas. Os municípios herdaram escolas de 2.º e 3.º ciclos e escolas secundárias, algumas, num elevado estado de degradação, com ausência de equipamentos, nomeadamente ginásios e pavilhões desportivos. O Programa para a Requalificação de Escolas, mesmo tendo mapeado 451 escolas, não integra todas as escolas em situação de elevada degradação (e muito menos a construção de equipamentos em falta nessas escolas), nem aí se encontram respostas para novas construções para ampliação da rede educativa. O Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para o financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas dos 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário, subscrito em julho de 2023, não assegurou as garantias devidas aos municípios acrescentando incertezas e fatores de preocupação quanto à resposta a um problema que assume particular gravidade.

A questão central neste processo de transferência de competências na área da educação é o da universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, e que com a aprovação deste diploma passariam a estar pulverizados pelos municípios, suscitando preocupações sobre a existência de uma política nacional de educação e ensino, que é também garante de desenvolvimento individual e social.

Devido ao subfinanciamento crónico da Escola Pública, perpetuado durante décadas por sucessivos governos, adensam-se problemas de natureza financeira e orçamental na gestão autárquica e no funcionamento geral dos serviços, exigindo soluções diferenciadas nas estruturas municipais e no reforço de trabalhadores em várias áreas, acrescendo ao esforço financeiro e administrativo das autarquias. Acresce que os meios financeiros, necessários ao pagamento das competências transferidas, têm sido claramente insuficientes.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida no dia 27 de setembro de 2024 delibera:

- 1) Solicitar que o Município da Moita desenvolva um conjunto de ações com vista ao esclarecimento da comunidade educativa e da população em geral, identificando a análise realizada no âmbito da Comissão de Acompanhamento e Monitorização do processo de Transferência de Competências, na Área da Educação;
- 2) Exigir a suspensão do processo de transferência e a retoma das negociações com os Municípios com base no pressuposto que a questão central neste processo, como referido anteriormente, é a universalidade do direito à educação, a universalidade no acesso à educação e à Escola Pública, e a universalidade nas condições que garantam e propiciem o sucesso educativo, objetivos incompatíveis com a desresponsabilização do Estado por esta competência;
- 3) Solicitar ao Ministério da Educação o ponto de situação atualizado sobre a estratégia de gestão da rede educativa, o financiamento e calendário a implementar no âmbito da construção, requalificação e modernização de edifícios escolares;
- 4) Solicitar ao Governo que reforce as verbas a serem transferidas para o município da Moita, tendo em atenção todas as despesas inerentes a este processo de Transferência de Competências na Área da Educação.

Moita, 27 de setembro de 2024

O Grupo Municipal da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Naturalmente que o Partido Socialista, em 95% desta moção não está de acordo com a CDU, no entanto, há um ponto em que estão de acordo, e é bom ressaltar isto. É evidente que vão votar contra, por razões que não valem a pena, diz, esticarem muito. Isto é uma discussão quase desde 84, tal como aqui a história do processo de transferências, portanto, têm esta visão diferente da CDU, o que é normal, e não concordam. Aliás, a atuação deste executivo prova, exatamente, isso, que não veem a transferência de competências da mesma forma. No entanto, este ponto 4 é pertinente e solicitar ao Governo que reforce as verbas é fundamental, mas no resto não concordam e por isso vão votar contra.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Com todo o respeito pela posição da bancada do Partido Socialista, naturalmente, respeita o seu desígnio e a sua ideologia política, assim como exige que as suas sejam respeitadas também, mas não deixa de registar essa contradição, é que o senhor António Costa está de acordo com o quarto parágrafo porque o governo já não é do Partido Socialista, porque se fosse do Partido Socialista, de certeza era contra tudo e contra todos, portanto, vote em coerência.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo nove da CDU, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; duas abstenções do BE; quinze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora

“Apreciamos a coerência da CDU sobre esta matéria, que tem mantido ao longo de todos os processos de transferências, portanto, mostra os seus pontos de vista, no entanto, entendemos que existe uma contradição nesta moção, quando no ponto 2 exige a suspensão de todo o processo e no ponto 4 exige o reforço das verbas para continuar o processo, portanto quer a continuação do reforço e nós entendemos que é uma contradição.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.9.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Moção Defender a Autonomia do Poder Local, rejeitar a imposição de tarifas pela ERSAR

O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, realizado a 8 de agosto, “*um Decreto-Lei que define as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores, aplicando os valores de 2023 ajustados à taxa de inflação, cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento para o ano de 2024 e que devolve à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) as competências para a fixação das tarifas, revogando a alteração introduzida na Lei do Orçamento do Estado para 2021 e regressando ao modelo em que os poderes tarifários são exercidos por entidade administrativa independente*”.

No dia 9 de agosto, dia seguinte ao da aprovação, o Governo solicitou parecer à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, revelando-se a audição tardia e meramente formal, incumprindo a lei e o regimento do próprio Conselho de Ministros.

O referido projeto de Decreto-Lei altera os Estatutos da ERSAR, revogando as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado de 2021, voltando a conceder a esta entidade competência para fixar tarifas em todos os sistemas de titularidade estatal, incluindo municipal, emitindo instruções vinculativas, em vez de, como presentemente em vigor, apenas recomendações quanto às tarifas.

Este retrocesso legislativo configura uma flagrante tentativa de limitar a autonomia municipal, atribuindo a uma entidade reguladora poderes de definição de políticas tarifárias municipais que poderão contrariar a vontade expressa por órgãos democraticamente eleitos pelas respetivas populações, ou seja, dotados de uma legitimidade democrática que não se reconhece, pela sua própria natureza, a uma entidade reguladora.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 27 de setembro de 2024, recomenda à Câmara Municipal da Moita:

1 – Que manifeste a sua posição de princípio contra a imposição e diferenciação de tarifas pela ERSAR, considerando que estas devem ser ajustadas à realidade económica e social de cada território, numa lógica de serviço público e não numa lógica puramente económico-financeira, sob pena de conduzir à elevação das tarifas para níveis socialmente incomportáveis;

2 – Que reafirme junto do Governo que a necessária sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de água, saneamento e resíduos não se consegue apenas pela via tarifária, mas também por mecanismos de solidariedade regional e de combate às assimetrias, entre outros;

3 – Que reafirme o compromisso da Câmara Municipal da Moita e dos seus eleitos com a defesa do princípio constitucional da autonomia do Poder Local Democrático, com a perspetiva de que ao direito das populações ao abastecimento de água, ao saneamento de águas residuais e à gestão de resíduos sólidos urbanos devem corresponder serviços públicos sustentáveis no plano económico e financeiro, mas também social;

4 – Que manifeste a sua oposição a uma lógica de regulação que coloca o seu foco quase em exclusivo na questão tarifária, aparentemente secundarizando as matérias relacionadas com a qualidade do serviço prestado, com a sustentabilidade económica, social e ambiental dos sistemas de águas, saneamento e resíduos, com a adoção de estratégias de inovação para cada um destes sectores ou com a garantia da acessibilidade de todos os cidadãos a estes serviços públicos essenciais.

Moita, 27 setembro 2024

Os eleitos da CDU”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a votação, a **moção** foi **aprovada** por **maioria** com onze votos a favor, sendo nove da CDU, dois do BE; dezoito abstenções, sendo 15 do PS, uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo

“A bancada CDU votou, naturalmente, favorável a esta posição e entendemos que era importante apresentá-la nesta Assembleia, dado que ela reflete para o nosso órgão aquela que foi a posição na Assembleia da Associação Nacional de Municípios, aprovado por unanimidade na Associação Nacional de Municípios. Portanto, o que aqui está não é nada mais nada menos do que reverter para a nossa realidade nesta Assembleia, aquilo que os municípios na sua Assembleia na Associação Nacional de Municípios aprovaram por unanimidade.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou aos membros da Assembleia Municipal se pretendiam intervir neste período.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora, do Grupo Municipal do BE

Proferiu a seguinte declaração política:

«Declaração política

Na passada quarta-feira, dia 25, assisti mais uma vez em direto à transmissão da sessão pública da Câmara Municipal. Na mesma, no período de intervenção do Público, vários foram os intervenientes que levantaram questões de sua justiça, tendo obtido as respetivas respostas do executivo, concorde-se ou não com as mesmas.

A determinada altura, o senhor Presidente, antes de passar a resposta a um munícipe para a senhora Vice-Presidente, fez uma alusão a um acordo político entre o PS e o Bloco de Esquerda para este mandato.

Por isso, e porque o meu próprio nome foi envolvido nessa intervenção, quero aqui esclarecer que tal acordo não existe, como o comprova o sentido de voto, muitas vezes divergente em relação às propostas de vários executivos autárquicos por parte dos eleitos do Bloco de Esquerda.

Pessoalmente, desconheço acordos do PS com qualquer uma das forças políticas representadas nas autarquias concelhias, e por ordem de razão inclui o BE.

É verdade que o PS pretendeu diversificar a composição das mesas das assembleias de freguesia e assembleia municipal, incluindo nas mesmas eleitos de outras forças políticas, nomeadamente, do Bloco de Esquerda, situação com que concordámos desde que os convites fossem feitos pessoais e feitos pelos respetivos presidentes de junta e assembleia municipal.

Esse foi o caminho seguido pelos Presidentes das Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal.

A resposta dos elementos do BE, entre as quais a minha, foi a de aceitar os convites endereçados, desde que mantendo a independência e a autonomia política, pois candidatámo-nos com um programa muito distinto do programa do PS.

Espero ficar assim esclarecido que aquilo que o senhor Presidente Carlos Albino referiu sobre acordos entre as duas forças políticas não existe, ou foi um equívoco originado pelas dificuldades da resposta ao munícipe em causa.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Proferiu a seguinte declaração política:

«Declaração política

3º ano de mandato do PS no município da Moita

Ao longo dos últimos 3 anos, desde a memorável noite de 26 de setembro de 2021, o Partido Socialista tem desempenhado um papel crucial na transformação do Concelho da Moita.

Nesse dia histórico, os eleitores do concelho decidiram por uma mudança significativa refletida na vitória expressiva do PS.

Essa escolha foi o início de um novo ciclo político, repleto de desafios e oportunidades, mas com a vitória veio também a responsabilidade de responder aos anseios da população, de dar resposta às mais básicas das necessidades que, fruto do desinvestimento de anos e anos protagonizado pela gestão do PCP-CDU, colocou concelho da Moita em estagnação.

Na Assembleia Municipal foi possível implementar iniciativas de reforço da democracia, liberdade de expressão, e mais importante, equidade em relação a todos os partidos políticos e independentes.

Foi realizado nos últimos 3 anos a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril, com a intervenção de todos os partidos políticos e independentes representados na Assembleia Municipal.

Foi decidido pôr em prática e dinamizar o projeto da Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita, aprovado no mandato anterior.

Foi dada uma dinâmica maior à Conferência de Representantes dos grupos municipais da Assembleia, criando assim um ambiente verdadeiramente democrático.

Ainda na Assembleia Municipal, foi feito um esforço por encontrar instalações para os plenários com mais conforto e segurança para os eleitos e público presente, estando em curso uma alteração e modernização do Regimento, com grelhas de tempos para intervenções que tem em conta a proporcionalidade das forças políticas, e com tempos mínimos dignos para os de menor representatividade e independentes.

Na Câmara Municipal, em boa hora esta mudança foi possível, caso contrário, continuaríamos a assistir ao atamancar dos problemas, sem qualquer visão do futuro ou de estratégia de desenvolvimento do concelho, preocupando-se mais em lançar à pressa grandes obras em época de eleições, mesmo sabendo que as mesmas não estavam em condições de avançar, como foi o CROAE, projetado para metade da capacidade e sem projeto de infraestruturas, ou as piscinas municipais da Moita sem projeto dos arranjos exteriores e os seus custos, ou o Centro de Saúde da Baixa da Banheira, com uma obra abandonada e sem financiamento, entre muitas outras. Existe quem se queira auto intitular fazedores destas obras, mas com o estado em que as deixaram, de fazedores pouco ou nada têm.

Ao longo deste mandato, a Câmara Municipal, sob a liderança do Partido Socialista, tem trabalhado incansavelmente para enfrentar os desafios mais prementes, mas também a procura diária de respostas para a resolução dos problemas que já têm décadas e que merecem sua resolução urgente. É certo que não se consegue fazer tudo num dia, mas muito já se fez e muito se irá fazer.

Como exemplo, enumeramos algumas.

Na educação, foram implementadas medidas de apoio às famílias com a criação ou o alargamento das AAAF, das CAF e AEC, a oferta de cadernos de atividades pela primeira vez aos alunos do primeiro ciclo, a implementação do regime de fruta escolar, entre muitas outras obras de beneficiação de estabelecimentos escolares do concelho.

Nas infraestruturas, a substituição da rede de águas na Quinta da Fonte da Prata e da Vinha das Pedras, e ainda a substituição da adutora de Sarilhos Pequenos. Na vila da Moita, mostrando a fibra dos socialistas, não desanimámos nem relaxámos com o contratempo do não cumprimento da obra pelo empreiteiro vencedor do primeiro concurso, e fizemos tudo o que a lei permitia para lançar o mais rápido possível novo concurso para a nova empreitada de renovação das infraestruturas da rede de águas pluviais da estrada de São Sebastião, zona adjacente à rua dos Marítimos que, por falta de manutenção em dezenas de anos, ameaçava ruir, segundo a avaliação do LNEC, para além dos problemas de salubridade e perigo grave para quem por ali passava, transeuntes ou veículos.

No ambiente, a reciclagem tem sido uma das grandes apostas do executivo do Partido Socialista, com a disponibilização dos ecocentros móveis, a recolha de óleos alimentares e eletrodomésticos, seja porta a porta, seja na criação de pontos de recolha, o alargamento do programa de recolha de bio resíduos a mais zonas do concelho e a criação das ilhas ecológicas.

Já nos equipamentos, as intervenções na manutenção e beneficiação nos espaços têm sido muitas por todo o concelho. Uma aposta clara na requalificação dos parques infantis e espaços desportivos, a criação de parques caninos, a manutenção dos edifícios, como a pintura do moinho da maré e da biblioteca de Alhos Vedros.

Durante estes 3 anos, foi possível concluir a obra do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, depois de um fracasso na gestão do processo pelo PCP e CDU, que deixaram uma obra abandonada e sem financiamento, e que, graças ao esforço do Partido Socialista, foi possível concluir e entregar mais este equipamento à nossa população.

As piscinas municipais da Moita, uma obra que foi entregue com um atraso de uma década e meia à população, mas felizmente foi concluída.

O CROAE, um equipamento projetado para metade da capacidade do concretizado no mandato do PCP e com um custo elevadíssimo, que em boa hora foi reformulado pelo executivo do Partido Socialista, que passou das intenções do papel para a obra feita, entregando assim uma obra com o dobro da sua capacidade inicial e com o valor de construção menor que o inicialmente projetado.

Reconhecemos que ainda há muito a fazer, os desafios que enfrentamos são complexos e exigem uma gestão contínua, planeada e eficaz.

No entanto, acreditamos que os passos que demos até aqui são a prova de que estamos no caminho certo. As mudanças estruturais que iniciámos e que agora começam a mostrar resultados são fundamentais para garantir que o concelho da Moita continue a crescer e a prosperar.

Falta aproximadamente um ano para finalizar este mandato e ainda muito temos para fazer.

Como exemplo, na freguesia da Moita, a requalificação da ponte do Matão, que irá permitir, com as 2 vias, uma importante alternativa na circulação automóvel da vila da Moita, e a requalificação da envolvente da escola do Varino. Em Alhos Vedros, a intervenção do parque das Salinas, no Largo da Misericórdia e parque da Caldeira. Na Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, a construção do pavilhão da escola secundária e o complexo de atletismo, e ainda o skatepark, que já se encontra em construção. No Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos temos a requalificação do Sítio das Marinhas ou os passadiços do Gaio.

Hoje, 3 anos depois daquele dia de setembro de 2021, podemos afirmar com confiança que o concelho da Moita está num caminho de progresso.

Ainda há muito por fazer, mas o trabalho realizado até aqui é a prova do compromisso inabalável do Partido Socialista com o futuro deste concelho.

Com a coragem para mudar que nos trouxe até aqui, continuaremos a trilhar este caminho com a certeza de que juntos fazemos acontecer, para que a Moita seja um lugar melhor para viver, crescer e trabalhar.

Moita, 27/09/2024

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o Período Anterior à Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Ata nº1/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de fevereiro - 23.02.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo treze do PS, cinco da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.2 - Ata nº2/24 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária – 12.03.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo treze do PS, seis da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.3- Ata nº3.1/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 1ª reunião – 19.04.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e quatro votos a favor, sendo treze do PS, seis da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.4 - Ata nº3.2/24 – XIII Mandato – sessão ordinária de abril - 2ª reunião – 22.04.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo doze do PS, seis da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.5 - Ata nº4/24 – XIII Mandato – Sessão Extraordinária – 25.04.2024

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a votação, a **ata** foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e três votos a favor, sendo treze do PS, cinco da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

3.6 - Proposta de valor das comparticipações financeiras das famílias para a frequência nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, e três abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 10/07/2024:

“O Decreto-Lei n.º 21/2019 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação. Conforme disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 20 de janeiro, compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- a) *Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)*, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas.

Assim, e dando cumprimento à legislação em vigor, deve ser garantido a igualdade de acesso a todos as crianças que frequentam o respetivo estabelecimento escolar e ajustar procedimentos de modo a uniformizar a Escola a Tempo Inteiro em todas as escolas/jardins de infância do concelho.

O Decreto-Lei 147/97 de 11 de junho determinou que a integrante de apoio à família fosse comparticipada pelas famílias de acordo com as respetivas condições socioeconómicas, assegurando a necessária solidariedade entre os agregados familiares economicamente mais desfavorecidos e aqueles que dispõem de maiores recursos, tendo por base o custo da prestação do serviço.

Cálculos dos Rendimentos per capita para apuramento de comparticipação familiar

Escalões	Amplitude	Rendimento <i>per capita</i>	Taxas	Mensalidades Calculadas
1º	Até 30% do RMM	até 211,50 €	5%	de 3,00 € até 10,58 €
2º	> 30% até 50% do RMM	de 211,51 € até 352,50 €	10%	de 21,15 € até 35,25 €
3º	>50% até 70% do RMM	de 352,51 € até 493,50 €	12,5%	de 44,06 € até 61,69 €
4º	>70% até 100% do RMM	de 493,51 € até 705,00 €	15%	65,35 €
5º	>100% até 150% do RMM	de 705,01 € até 1057,50 €	15%	65,35 €
6º	>150% do RMM	de 1057,51 €	17,5%	65,35 €

Nos cálculos dos rendimentos per capita, verificaram-se valores mensais elevados nos 4º, 5º e 6º escalão. Assim, o município pretende manter o aumento no apoio às famílias, conforme aprovado no ano letivo transato, definindo o valor máximo da comparticipação familiar em 65,00€.

O valor da comparticipação familiar mensal, é calculado, tendo como referência o custo máximo do serviço (65,00€), ao qual se propõe aplicar uma percentagem, de acordo com o posicionamento no escalão do abono de família (emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate

de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador), garantindo o princípio da solidariedade entre os agregados familiares de maiores e menores recursos, conforme tabela abaixo:

AAAF				
Escalões do abono de família	1º	2º	3º	4º
Percentagem aplicada	10%	35%	60%	75%
Valor da comparticipação familiar	6,50 €	22,75 €	45,50 €	65,00 €

Face ao exposto, propõe-se:

- Que o valor da comparticipação familiar das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), para o próximo ano letivo (2024/2025,) seja de valor fixo, de acordo com o posicionamento no escalão do abono de família, estabelecido pela Segurança Social ou quando se trate de trabalhador da Administração Pública pelo serviço processador, conforme indicado na tabela acima apresentada;
- Que o mesmo seja apresentado ao Conselho Municipal de Educação para parecer e a aprovação;
- Que seja submetido a Assembleia Municipal, para aprovação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Aquilo que trazem é a proposta de valor de comparticipação financeira das famílias para frequência nas atividades de animação e apoio à família, AAAF. Este tem vindo a ser um esforço que este executivo tem feito no sentido de alargamento da oferta, neste caso a todo o concelho. Assim que tomaram posse na Câmara Municipal, rapidamente levaram a cabo esta que tinha sido uma bandeira, uma proposta na campanha eleitoral no seu programa autárquico, e rapidamente a implementaram. É com gosto que veem que, hoje em dia, existe em todos os agrupamentos do concelho, em todas as freguesias e vem dar resposta a uma necessidade que há muito as famílias vinham manifestando, deixando claro que ela só acontece desta forma, e com esta amplitude e com esta abrangência, porque o Partido Socialista finalmente ganhou a Câmara Municipal.

Os demais elementos da proposta foram enviados atempadamente para que os possam ler, apreciar, e discutir. Se dúvidas houver relativas ao mesmo, estarão disponíveis para as debater e para esclarecer.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por maioria com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, um do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; dez abstenções, sendo nove da CDU, uma do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.7 - Contrato de arrendamento de frações não habitacionais para a instalação de equipamentos sociais e/ou desenvolvimento de atividades de apoio social

A proposta infra foi aprovada por unanimidade com nove votos a favor, sendo quatro do PS, quatro da CDU e um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 11/09/2024:

“Considerando que:

De acordo com a Lei n.º 75/2013, no seu artigo 23.º, os municípios têm atribuições no domínio da ação social, incluindo a criação e gestão de equipamentos sociais e o desenvolvimento de atividades.

No domínio da ação social, os municípios têm como principais atribuições a promoção do bem-estar social e a proteção das populações mais vulneráveis, através da implementação de programas de apoio social, da criação e gestão de equipamentos sociais, e da colaboração com outras entidades que atuam na área social.

Para o efeito o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, I. P é dono e legítimo possuidor de três frações não habitacionais, sítos no Bairro Fundo Fomento – na União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, concelho da Moita:

- Fração “A”, correspondente a R/c Esq, destinada a equipamento social, do prédio urbano sito na Praceta das Camélias 11, Bloco 43, descrito na Conservatória do Registo Predial e Comercial da Moita sob o n.º 1058 e inscrito na Matriz Predial União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira sob o artigo 1121, com a renda mensal de 64,30 € (sessenta e quatro euros e trinta cêntimos);
- Fração “A”, correspondente a R/c Dto, destinada a equipamento social, do prédio urbano sito na Praceta das Camélias 12, Bloco 42, descrito na Conservatória do Registo Predial e Comercial da Moita sob o n.º 1058 e inscrito na Matriz Predial Urbana da União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira sob o artigo 1121, com a renda mensal de 62,40 € (sessenta e dois euros e quarenta cêntimos);
- Fração “B”, correspondente a R/c Dto, destinada a equipamento social, do prédio urbano sito na Praceta das Camélias 11, Bloco 43, descrito na Conservatória do Registo Predial e Comercial da Moita sob o n.º 1058 e inscrito na Matriz Predial Urbana da União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira sob o artigo 1121, com a renda mensal de 64,30 € (sessenta e quatro euros e trinta cêntimos);

Os presentes contratos de arrendamento para fins não habitacionais estão isentos de fiscalização prévia nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

De acordo com o determinado na alínea c) do n.º 1 artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, a assunção dos compromissos plurianuais associados, independentemente da sua forma jurídica, incluindo contratos de locação que, no caso de bens imóveis, configuram arrendamentos está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, salvo na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

Assim, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere e submeta a aprovação da Assembleia Municipal:

- a) as minutas de contrato de arrendamento, que se anexam e são parte integrante da presente proposta;
- b) a despesa inerente à celebração dos contratos de arrendamento para fins não habitacionais referentes às frações acima identificadas, pelo período de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente no termo do seu prazo, por períodos de 3 (três) anos, se não tiver sido operada a denúncia nos termos legais aplicáveis, devidamente cabimentada pela rubrica 03 020204, com o número sequencial 68383, pela renda mensal das três frações no valor de 191,00€ (cento e noventa e um euros), perfazendo o valor total de 11.460,00€ (onze mil, quatrocentos e sessenta euros) ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho;
- c) a repartição de encargos contratualmente previstos, nos termos e para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através da assunção dos compromissos plurianuais repartidos da seguinte forma:

Projeção Plurianual de Encargos

2024	2025	2026	2027	2028	2029
764,00€	2.292,00€	2.292,00€	2.292,00€	2.292,00€	1.528,00€

Anexos:

- Minutas de contrato arrendamento”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

A proposta que aqui trazem tem por objetivo criar condições para que haja uma melhor resposta por parte das IPSS do concelho. Desde que tomaram posse, sempre definimos uma política, frações habitacionais é para habitação, espaços, neste caso, de usos múltiplos de serviços, é para serviços, e tendo disponíveis da parte do IHRU estes imóveis, decidiram levar a cabo e apresentar aqui esta proposta, visando garantir a essa IPSS ter melhores condições de trabalho para os seus colaboradores, para quem lá trabalha todos os dias, e assim ter uma melhor resposta social, nomeadamente, na freguesia do Vale da Amoreira, já para não falar que ter estes equipamentos na posse do município vai lhes permitir fazer a requalificação dos mesmos e, neste caso, renovar todo aquele espaço envolvente, criando novas dinâmicas no Vale da Amoreira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, 9 da CDU, 2 do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.8 - Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre:

- Câmara Municipal da Moita
- Agrupamentos de Escolas da Baixa da Banheira e Vale Amoreira | Agrupamento de Escolas D. João I | Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira
- Ai9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital

A proposta infra foi aprovada por maioria com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 30/08/2024:

“O Decreto-Lei n.º 21/2019 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação. Conforme disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 20 de janeiro, compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- a) *Atividades de animação e apoio à família (AAAF)*, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;
- b) *Componente de apoio à família (CAF)*, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- c) *Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)*, no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivos, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

A Escola a Tempo Inteiro aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, com a oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) e, decorrem normalmente das 7h30 até início da componente

educativa – designadamente o acolhimento – e do final da mesma das 15h00/15h30 até às 19h00, cumprindo um plano de atividades de natureza lúdica, criativa, cultural e formativa, e nas Interrupções Letivas decorrem das 7h30 às 19h00, e também das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Devem ser desenvolvidas atividades pedagogicamente ricas e qualificantes, onde tendo como ponto de partida as experiências das crianças e o despertar da curiosidade e do pensamento crítico, proporcionando um conjunto de experiências e diversas vivências, garantindo-se a sua natureza lúdica, criativa, cultural e formativa – características essenciais desta componente.

De acordo com as necessidades identificadas no Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira | Agrupamento de Escolas D. João I | Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira, por forma a dar resposta às famílias e garantir a igualdade de acesso a todos as crianças que frequentam os respetivos estabelecimentos, é importante a continuidade da Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as AAAF, a CAF e as AEC´s, para o ano letivo 2024/2025.

Considerando que, o trabalho que AI9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital desempenhou no ano letivo transato, ao nível da organização e realização das atividades da Escola a Tempo Inteiro teve uma avaliação positiva conforme nos é dado a saber pelo Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira | Agrupamento de Escolas D. João I | Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira, propõe-se a continuidade da AI9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital para dinamizar e desenvolver a Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as AAAF, a CAF e as AEC´s, nos estabelecimentos de educação e ensino dos respetivos Agrupamentos de Escolas.

O valor a transferir à AI9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital para assegurar o desenvolvimento das atividades da Escola a Tempo Inteiro é de:

. 706,21€ por grupo/AAAF/mês

. 150,00€ por aluno AEC/ano letivo

Assim, considerando os 13 grupos de AAAF, estima-se o valor de 9.180,73€/mês. Para o ano letivo 2024/2025 (setembro de 2024 a junho de 2025) estima-se a despesa de 91.807,30€.

Para as AEC´s, tendo em conta o nº estimado de alunos (1374 alunos), a despesa para o ano letivo 2024/2025 será aproximadamente de 206.100,00€.

Estes valores são estimativas com base no ano letivo transato, que poderão sofrer alterações ao longo do ano letivo 2024/2025, de acordo com as inscrições dos alunos nas AEC´s e o número de grupos de crianças nas AAAF´s.

A despesa para o ano 2024 será de **88.875,16€** e terá efeitos na **03/0602030535** – Projetos e Atividades de iniciativa municipal

A despesa para o ano 2025 será de 209.032,14€, que irá onerar o orçamento de 2025.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de Protocolo de colaboração tripartido entre o Município da Moita, o Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira | Agrupamento de Escolas D. João I | Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira e a AI9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital, e que os mesmos sejam presentes a reunião de câmara para aprovação e, submissão à Assembleia Municipal.

Em anexo: IP_DEDSC_12_2024 + 3 Protocolos de colaboração”.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pedi permissão para fazer a apresentação das próximas duas propostas em conjunto, pontos 3.8 e 3.9, uma vez que versam sobre o mesmo tema, diferindo apenas aqui as organizações que fazem parte, ou seja, ou os parceiros, uma vez que o objetivo das duas propostas é o mesmo, sendo depois votadas em separado.

Aqui, mais uma vez, visando garantir o acesso às AAAF e às CAF, ou seja, às Atividades de Animação de Apoio à Família e à Componente de Apoio à Família, era necessário encontrar no concelho parceiros capazes de proporcionar às famílias e às crianças essa resposta de qualidade. Procuraram, nomeadamente, na que diz respeito à proposta 194, elaborar um acordo tripartido entre o Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Agrupamento de Escolas D. João I e Agrupamento de Escolas de Mouzinho da Silveira, com a AI9.PT, a Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e digital, que irá então poder proporcionar estes serviços, dando continuidade a um trabalho que já vem vindo a ser feito e com todo o sucesso no concelho, como é do

agrado dos pais e das famílias. Veja-se o número de pessoas que, de ano para ano, aderem a esta medida levada a cabo por este executivo.

No que diz respeito à proposta 195, é exatamente similar à anterior, só que, neste caso em particular, corresponde a um protocolo que se pretende celebrar entre a Câmara Municipal da Moita, o Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, o Agrupamento de Escolas da Moita, o Agrupamento de Escolas José Afonso e, neste caso, a Escola Técnica Profissional da Moita, aqui, mais uma vez, para proporcionar às crianças e às famílias atividades de animação e apoio à família, AAAF, e também a componente de apoio à família, CAF, e nunca é demais enumerar aqui, como também na proposta anterior, as AEC, atividades de enriquecimento curricular que, neste caso, aplicáveis ao primeiro ciclo do ensino básico com carácter facultativo e de natureza lúdica, formativa e cultural.

Estas são medidas muito importantes que visam proporcionar o acesso à cultura, o acesso a métodos e metodologias de aprendizagem, e visam proporcionar às crianças e às famílias também uma resposta de oferta educativa, para que possam ter um local condigno, a preços acessíveis, onde possam ter as crianças para que os pais possam desenvolver a sua atividade profissional, também ela em pleno, jogando isto nas horas das pontas, e quer que fique aqui bem claro que isto é um apoio que dão aqui às famílias e é esse o objetivo.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

Quer intervir para que fique claro a importância da escola a tempo inteiro, porque hoje não são apenas aquelas pessoas que têm os ditos horários desregulados que conseguem sair dos empregos e ir buscar os filhos à escola, também os avós não o podem fazer porque estão a trabalhar, portanto, isto veio resolver um problema enorme com o qual as famílias se deparavam. Por isso, felicito a Câmara pela iniciativa deste alargamento, que muito contribuiu para o bem-estar, a melhoria, e depois as crianças ficam na escola, que é um local próprio, acompanhadas por pessoas habilitadas para o efeito, com responsabilidades e competências para tal, portanto, está a Câmara de parabéns por ter levado esta iniciativa por diante.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por maioria com vinte votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, tendo sido manifestado pelo Grupo Municipal da CDU que a apresentariam após a votação do próximo ponto.

3.9 - Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre:

- Câmara Municipal da Moita
- Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento Escolas da Moita | Agrupamento Escolas José Afonso
- ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita

A proposta infra foi aprovada por maioria com cinco votos a favor, sendo quatro do PS, um do vereador Independente, e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 30/08/2024:

“O Decreto-Lei n.º 21/2019 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação. Conforme disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 20 de janeiro, compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- a) *Atividades de animação e apoio à família (AAAF)*, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;
- b) *Componente de apoio à família (CAF)*, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva;
- c) *Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)*, no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivos, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

A Escola a Tempo Inteiro aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, com a oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) e, decorrem normalmente das 7h30 até início da componente educativa – designadamente o acolhimento – e do final da mesma das 15h00/15h30 até às 19h00, cumprindo um plano de atividades de natureza lúdica, criativa, cultural e formativa, e nas Interrupções Letivas decorrem das 7h30 às 19h00, e também das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Devem ser desenvolvidas atividades pedagogicamente ricas e qualificantes, onde tendo como ponto de partida as experiências das crianças e o despertar da curiosidade e do pensamento crítico, proporcionando um conjunto de experiências e diversas vivências, garantindo-se a sua natureza lúdica, criativa, cultural e formativa – características essenciais desta componente.

De acordo com as necessidades identificadas no Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento de Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso, por forma a dar resposta às famílias e garantir a igualdade de acesso a todos as crianças que frequentam os respetivos estabelecimentos, é importante a continuidade da Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as AAAF, a CAF e as AEC´s, para o ano letivo 2024/2025.

Considerando que, o trabalho que a ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita desempenhou no ano letivo transato, ao nível da organização e realização das atividades da Escola a Tempo Inteiro teve uma avaliação positiva conforme nos é dado a saber pelo Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento de Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso, propõe-se a continuidade da ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita para dinamizar e desenvolver a Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as AAAF, a CAF e as AEC´s, nos estabelecimentos de educação e ensino dos respetivos Agrupamentos de Escolas.

O valor a transferir à ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita para assegurar o desenvolvimento das atividades da Escola a Tempo Inteiro é de:

. 706,21€ por grupo/AAAF/mês

. 150,00€ por aluno AEC/ano letivo

Assim, considerando os 14 grupos de AAAF, estima-se o valor de 9.886,94€/mês. Para o ano letivo 2024/2025 (setembro de 2024 a junho de 2025) estima-se a despesa de 98.869,40€.

Para as AEC´s, tendo em conta o nº estimado de alunos (1040 alunos), a despesa para o ano letivo 2024/2025 será aproximadamente de 156.000,00€.

Estes valores são estimativas com base no ano letivo transato, que poderão sofrer alterações ao longo do ano letivo 2024/2025, de acordo com as inscrições dos alunos nas AEC´s e o número de grupos de crianças nas AAAF´s.

A despesa para o ano 2024 será de **75.000,00€** e terá efeitos na **rubrica 03/0602030533 – Apoio aos projetos educativos das escolas.**

A despesa para o ano 2025 será de 179.869,40€, que irá onerar o orçamento de 2025.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de Protocolo de colaboração tripartido entre o Município da Moita, o Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento de Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso e a ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita, e que os mesmos sejam presentes a reunião de câmara para aprovação e, submissão à Assembleia Municipal.

Em anexo: IP_DEDSC_13_2024 + 3 Protocolos de colaboração”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por já ter sido feita a apresentação no ponto anterior e por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por maioria com dezanove votos a favor, sendo catorze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pela Deputada Susana Martins

“Os eleitos da CDU abstiveram-se na votação destas propostas, salientando que esta votação se prende única e exclusivamente com o facto de não haver, neste momento, outra oferta e ou resposta que colmate as necessidades dos pais e encarregados de educação, bem como das crianças. Reiteram, no entanto, que são contra este modelo de escola a tempo inteiro.

Entrar nos espaços escolares às primeiras horas da manhã, passando lá todo dia e muitas vezes sair de lá já de noite cerrada, é a realidade que muitas das nossas crianças conhecem.

A degradação das condições sociais e laborais, com a desregulação dos horários das famílias trabalhadoras, empurra estas famílias para soluções que nem sempre servem o harmonioso crescimento das crianças. São as crianças provenientes de famílias monoparentais, de menores rendimentos e piores condições laborais, as que mais sofrem com esta situação. São sobretudo as mães e os pais destas crianças que trabalham mais horas, que fazem turnos, que vivem na precariedade e perdem horas de vida nos transportes públicos.

A escola a tempo inteiro ou o tempo inteiro na escola não é para famílias que podem pagar outras atividades extracurriculares que permitem às crianças crescer física e mentalmente saudáveis.

São várias as vozes e os especialistas que se pronunciam sobre o tempo excessivo que as crianças e adolescentes passam na escola, relacionando-o com o sedentarismo, os problemas de saúde a ele associado, ao isolamento social, à indisciplina, que muitas vezes culmina com uma aversão à escola.

Sabendo que o que estamos a discutir é relativo às transferências do município para as escolas, em colaboração com associações que prestam serviços, não podemos deixar de mostrar a nossa opinião contrária ao caminho até aqui seguido.

Crianças que passam mais tempo na escola que uma jornada de trabalho de um adulto é no mínimo inaceitável. É necessário ligar o excessivo tempo passado na escola com a necessidade de reduzir horários, respeitar os direitos da parentalidade e fazer sair do papel para a realidade o direito ao desporto, à cultura, ao lazer e ao tempo livre.

Neste sentido, a criação de um verdadeiro programa de ocupação de tempos livres, onde as atividades culturais, desportivas e o tempo para brincar estejam presentes, obrigatoriamente fora do recinto escolar, é um direito das crianças e das famílias.

A Câmara tem a possibilidade de proporcionar uma resposta a estas crianças e respetivas famílias, que passe não por contratação de associações de prestação de serviços privadas, que os prestam no espaço escolar, mas sim por investimento público na contratação de técnicos especializados no acompanhamento de crianças, bem como criar parcerias com as coletividades do concelho que proporcionem as atividades que referimos anteriormente fora do espaço escolar.

É necessário clarificar qual é o papel da escola, o que é o tempo letivo e o que é o tempo livre, fora da escola.

Tarda fazer a discussão, que é uma discussão de quem trabalha, ter tempo para viver, tempo para as suas crianças e as crianças terem tempo para brincar e tempo para desfrutar com as suas famílias.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita

27/09/2024”

Declaração de voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal, fazer constar da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2024, a sua declaração de voto referente à proposta 194 e 195 de 2024, fundamentando-a nos termos a seguir apresentados.

A bancada do Partido Socialista votou a favor das propostas dos protocolos de colaboração tripartidos para a escola a tempo inteiro, uma vez que estes enquadram-se numa lógica de parcerias holísticas, integrando todas as vertentes necessárias ao ensino pré-escolar e de primeiro ciclo, AAAF's, CAF's e AEC's, contribuindo assim para uma escola a tempo inteiro significativa e enriquecedora de aprendizagens.

A evolução do quadro social e familiar tem influenciado as medidas de orientação política no que diz respeito à educação pré-escolar e do primeiro ciclo, considerando as alterações na sua organização ao longo dos últimos anos, pois os encarregados de educação, pais e mães, trabalham fora de casa e o número de elementos na família tende a reduzir e os avós ainda estão empregados ou vivem longe.

As mudanças sociais ocorridas nos últimos anos alteraram significativamente a estrutura das famílias da escola e da comunidade.

Os hábitos quotidianos de vida transformaram-se radicalmente e os ritmos e as rotinas das crianças também.

Neste quadro, os estabelecimentos de educação pré-escolar e de primeiro ciclo passaram a adotar horários adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas.

Passou a haver uma maior flexibilidade do horário dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de primeiro ciclo, de modo a colmatar as dificuldades das famílias.

Desta forma, torna-se importante garantir uma visão estratégica alargada de articulação entre o funcionamento da escola e organização de respostas educativas e sociais no domínio do apoio à família, na componente da educação pré-escolar, nomeadamente as atividades de animação e apoio à família nos jardins de infância da rede pública, adaptando os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação às necessidades das famílias.

Por outro lado, no primeiro ciclo do ensino básico, tornou-se também necessário assegurar e garantir o acompanhamento dos alunos deste nível de ensino nos períodos que vão além da componente curricular, com as atividades de enriquecimento curricular, e durante os períodos de interrupção letiva com a componente de apoio à família.

As propostas de organização do enriquecimento curricular, apresentados pelas entidades parceiras do município, respondem às necessidades das escolas e são suportadas por equipas altamente profissionais e qualificadas.

As estruturas curriculares articulam de forma próxima com os projetos educativos dos agrupamentos e respondem às finalidades educativas definidas para a comunidade escolar.

O concelho da Moita, na área da educação, foi adiando decisões estratégicas da sua governação durante vários anos. Deixou de evoluir, de criar melhores condições aos seus munícipes no que respeita à resposta às necessidades das famílias. No passado, durante mais de 10 anos, o município da Moita, com 39 salas de jardim de infância, apenas dava resposta a cerca de 1% às crianças da educação pré-escolar, e nenhuma resposta aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico.

Presentemente, o município da Moita, em parceria com os seus 6 agrupamentos de escolas e as entidades parceiras com vasta experiência no desenvolvimento das atividades de carácter lúdico, educativo e social, já disponibiliza aos seus munícipes a oferta da escola a tempo inteiro, nas suas várias vertentes, em todos os estabelecimentos de educação e ensino do primeiro ciclo do ensino básico da rede pública.

Neste contexto, será uma excelente oportunidade para, em conjunto e em estreita relação com toda a comunidade escolar e parceiros, continuarem a ser criadas mais e melhores condições para potenciarmos o investimento no processo de educação para o desenvolvimento de forma integrada e com efeitos positivos nas crianças e jovens do nosso concelho, razão pela qual os deputados municipais socialistas concordam e votaram favoravelmente e aprovaram as propostas.

Moita, 27/09/2024

A bancada do Partido Socialista”

3.10 - Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais de um espaço, sito na Venda do Alcaide, Bairro Pinheiro Grande, no Pinhal Novo – Retificação da Deliberação n.º 141/XIII/2024

A proposta infra foi aprovada por unanimidade com nove votos a favor, sendo quatro do PS, quatro da CDU e um do vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 11/09/2024:

“No seguimento da deliberação n.º 141/XIII/2024, presente à reunião da Câmara Municipal em 26 de junho de 2024 e aprovada pela Assembleia Municipal em sessão realizada em 03 de julho de 2024, foi desenvolvido o processo para a formalização do Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais de um espaço, sito na Venda do Alcaide, Bairro Pinheiro Grande, freguesia do Pinhal Novo, destinado ao estacionamento das viaturas removidas do espaço público (VFV) e depósito de outros materiais.

Após análise à documentação necessária à celebração do citado contrato, constata-se que o prédio onde se encontra integrada a área a arrendar ao Município da Moita, sito na Venda do Alcaide, Bairro Pinheiro Grande, Freguesia do Pinhal Novo, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 5416/20060523 - Pinhal Novo e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o art.º 14100 – Pinhal Novo, encontra-se registado e inscrito a favor do senhor Rogério Filipe Romão Silva da Cruz, gerente da Firma Rogério Filipe – Reboques e Assistência, Unipessoal, Lda.

Aquando da entrega da documentação por parte do proprietário, foi-nos indicado pelo mesmo que o contrato a celebrar deverá ter a vigência de 1 ano, sendo automaticamente e sucessivamente renovável por períodos de 1 (um) ano.

A minuta do contrato aprovada pelas deliberações acima referidas, foi elaborada em conformidade com as informações constantes nas IP's n.ºs 806 e 862, de 03/11/2023 e 24/11/2023, respetivamente, da DGVT/Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano, constando na mesma que o proprietário do espaço a arrendar é a Firma Rogério Filipe – Reboques e Assistência, Unipessoal, Lda e que a vigência do contrato seria de 3 (três) anos, sendo automaticamente e sucessivamente renovável por períodos de 1 (um) ano.

Face ao exposto, torna-se necessário proceder à alteração ao previsto na proposta n.º 141/XIII/2024:

1. Retificação da alínea a), onde se lê:

“da despesa inerente à celebração do contrato de arrendamento para Fins Não habitacionais de um espaço, sito no Bairro Pinheiro Grande, no Pinhal Novo, devidamente cabimentada pela rubrica 04 020204, com o número sequencial 66023, bem como aprovar a respetiva minuta, junta em anexo, e que é parte integrante da proposta, pelo período de 3 (três) anos, pela renda mensal 500,00€ (quinhentos euros), perfazendo o valor total de 18.000,00€ (dezoito mil euros) ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho;”

Deverá ler-se:

“da despesa inerente à celebração do contrato de arrendamento para Fins Não habitacionais de um espaço, sito no Bairro Pinheiro Grande, no Pinhal Novo, devidamente cabimentada pela rubrica 04 020204, com o número sequencial 66023, bem como aprovar a respetiva minuta, junta em anexo, e que é parte integrante da proposta, pelo período de 1 (um) ano, pela renda mensal 500,00€ (quinhentos euros), perfazendo o valor total de 6.000,00€ (seis mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho;”~

2. Retificação da alínea b), onde se lê:

Projeção de Encargos Plurianuais:

2024	2025	2026	2027
3.000,00€	6.000,00€	6.000,00€	3.000,00€

Deverá ler-se:

Projeção de Encargos Plurianuais:

2024	2025
1.500,00€	4.500,00€

Assim, propõe-se, que a Câmara Municipal delibere, nos termos dos artigos 173.º e 174.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual:

- Retificar a deliberação n.º 141/XIII/2024, de acordo as alterações acima indicadas;
- Manter em tudo o resto, o deliberado;
- Aprovar a minuta do contrato, que se anexa, e que é parte integrante da presente proposta.

Mais deliberou, submeter à Assembleia Municipal para aprovação as mencionadas retificações.

Anexos:

Proposta n.º 141/XIII/2024

Minuta do contrato”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Neste caso, em particular, foi necessário fazer uma correção a este mesmo contrato, porque quando, à partida, o mesmo se desenhava para ser feito por um contrato plurianual, verificou-se que o possuidor, embora fosse o mesmo proprietário, o contrato foi feito em nome do proprietário enquanto pessoa individual como deveria ser sido feito, porque, na altura, não deu os dados como deveria ter dado, uma vez que este imóvel estava no nome dele enquanto empresa, pelo que tiveram que refazer tudo novamente, corrigir toda a informação que lhes tinha sido enviada.

Entretanto, foram confrontados, fruto também, assim acreditam, da especulação imobiliária, com o facto de o proprietário ter mudado de opinião, e em vez de querer fazer um contrato por vários anos quer fazer um contrato com a Câmara Municipal apenas por 1 ano.

A Câmara Municipal mantém a necessidade porque, para todos os carros que estão abandonados ou estão estacionados de forma abusiva, a Câmara tem o dever e a missão de fazer a recolha dessas mesmas viaturas, e este foi o espaço que encontraram. Não encontraram nenhum disponível dentro do concelho da Moita, este foi aquele que se encontrou disponível e mais próximo, e por isso trazem aqui este este contrato. Se algum houver alguma questão, estarão ao dispor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a **proposta** foi **aprovada** por unanimidade com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, 9 da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.11 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013)

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Como podem verificar, o relatório versa sobre junho, julho e agosto do corrente ano, tem muitas atividades, se forem ver, ao todo, são mais de 200 páginas de relatório para consulta, que demonstra todo o trabalho que tem sido feito nas mais diversas vertentes, desde a requalificação urbana, requalificação do património, e podem ver aqui, por exemplo, as obras que tiveram lugar no moinho que hoje foi inaugurado para ser cedido à Associação de Romeiros da Tradição Moitense, e tem aqui muitas outras atividades que foram levadas a cabo, como a intervenção, também ele, no moinho de maré de Alhos Vedros para ser requalificado, mas como ainda apanha a altura do verão, podem também ver aqui as obras que aconteceram nas piscinas da Baixa da Banheira, a intervenção na rua de São Sebastião, os melhoramentos feitos no refeitório da ex-Socorquex, ou seja, a Câmara Municipal continua, por um lado, a fazer obra no espaço público, mas por outro a ter muita atenção e cuidado com aquilo que são os seus trabalhadores e para isso, para lhes garantir melhores condições para

desenvolverem e tomarem as suas refeições, também fizeram intervenção nesse espaço de refeição, como também num espaço anexo à cozinha, para poderem guardar as mercearias.

Aqui ainda podem ver toda a intervenção que foi feita na rede de distribuição de água na Fonte da Prata, que se apresenta na página 134, uma intervenção que há muito tempo fazia falta para que as pessoas pudessem ter segurança hídrica, ou seja, quando chegam a casa ao final do dia saberem que podem contar com a água, seja para fazer a sua higiene, seja para confeccionar a sua comida.

E também, porque foi aqui colocado um conjunto de questões relativamente aos hipotéticos inúmeros processos que este executivo teria levado contra a pessoa A, B ou C, podem consultar na página 63 o trabalho do Gabinete dos Serviços Jurídicos e Contraordenações, e ver o trabalho que está aqui realizado.

Não pode deixar de ver que é com surpresa, os eleitos da CDU ou desconhecem ou então é má-fé, porque aquilo que dizem não corresponde de forma alguma à realidade. Teria em algum momento que fazer esse desmentido, aproveita para o fazer agora e desta forma.

Ficam ao dispor para outras questões que queiram colocar. Muito trabalho foi feito e o relatório fala por si.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora, do Grupo Municipal do BE

Queria colocar aqui só 2 ou 3 questões, mais alertas, que têm a ver com o estado da rua Vitorino Nemésio, na Baixa da Banheira, que está uma lástima e ainda por cima agora tem um buraco enorme aberto no meio, que está a afundar dia para dia com a passagem dos carros, pelo que deixava este alerta aqui à Câmara Municipal.

A outra tem a ver com a rua 26 de Janeiro, porque há tempos alertou a Câmara para um buraco que lá existia com meses, que de imediato foi remendado, e até teve oportunidade de agradecer aqui ao senhor Presidente e aos serviços da Câmara, mas há cerca de um mês abriu um buraco do outro lado da rua, exatamente no mesmo sítio, mas do lado direito de quem sobe a rua. Também já foi reparada a avaria e também já está há cerca de um mês, pelo menos, por levar o respetivo betão.

Outra questão que queria realçar, e até já falou com o senhor Presidente porque o encontrou numa visita que estava a fazer à Baixa da Banheira, tem a ver com o trabalho da empresa CME, que na rua Alexandre Herculano abriu dois buracos, pelo menos, e esqueceu-se da calçada. Já reparou a calçada de um lado, não reparou do outro, mas a primeira reparação e a maneira como estão a pôr a calçada deixam-lhe muita preocupação, porque pensa que vai sobrar para cima da Câmara Municipal o mau trabalho que ali for feito. Ao colocar pedra de calçada em cima de areia, sem absolutamente mais nada, nem aquela gravilha que costumam pôr, nem um pouco de cimento, o que aconteceu é que, há dias, choveu pouco e a pedra da calçada já se está “toda a rir”, e são áreas grandes, pelo que apelava à Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, que chamasse a atenção desta empresa, e se não têm calceteiros que os contratem, porque aquilo não é maneira de fazer o serviço. Um é entre o nº 49 e o nº 51 da rua Alexandre Herculano, onde se está a “rir mais”, o outro não se recorda o número, mas é muito perto da praça Karl Marx.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

O senhor Presidente da Câmara referiu aqui a questão dos processos e das queixas, e parece que lhes passou aqui uma nuvem de poeira como se não estivessem atentos, e não sabe quem é que ele queria enganar, se queria enganar quem os ouve, ao referir a questão das queixas, das múltiplas queixas que existem. A página 63 do relatório o que refere são processos de contra ordenação e, já agora, diga-se, para quem não sabe, que os processos de contraordenação têm a ver com o incumprimento dos regulamentos e posturas municipais. Por exemplo, o regulamento de higiene urbana, alguém que é apanhado a abandonar inadvertidamente resíduos, tem um processo de contraordenação e depois fica sujeito a uma coima. O processo contra incêndios, a mesma coisa, quem não cumpre as regras está sujeito a um processo de contraordenação.

A questão de que se fala, e das queixinhas que são feitas, são processos crime, e os processos crime não são processos descritos aqui no relatório, porque aparece, e bem, uma discriminação dos processos judiciais pendentes, e depois, no final dessa discriminação, aparece uma notazinha dizer

“não se listam as participações crime cuja prossecução cabe ao Ministério Público.” É desses processos, exatamente, que se fala, as queixinhas que são feitas contra cidadãos que vêm aqui intervir na Assembleia Municipal, pessoas que, eventualmente, nas redes sociais criticam o senhor Presidente, ou criticam a Câmara, pessoas que dão a sua opinião e que são perseguidas e são coagidas desta formas.

E, para que não se escudem no segredo de justiça, não quer aqui saber de quem são os processos e contra quem estão levantados, e a pergunta da CDU é tão simples quanto esta, e tenha a honestidade de responder, é quantas queixas crime o senhor Presidente e a Câmara Municipal já mandaram instaurar neste mandato contra trabalhadores do município e contra os munícipes. É essa a pergunta que querem fazer, e aqui têm uma noção do que é, e não os processos contraordenação que estão referidos.

Neste momento, perante afirmação da senhora Vice-presidente de que estaria enganado, disse que não estava enganado e, já que a senhora Vice-presidente estava a falar e a interrompe-lo, e ainda bem que interrompeu, os processos das queixas que lhes têm chegado é que trabalhadores que vieram aqui intervir a esta casa da democracia, e que ainda há bocado foi enaltecida, e que deve ser enaltecida, foram alvo de perseguição e queixas. Aquilo que é aqui falado é de cidadãos que exercem o seu direito à crítica e que são alvo de queixas no Ministério Público. É dessas queixas que aqui estão a falar, como cidadãos há pouco referiram, e só querem saber quantas queixas crime foram feitas. É isso que querem saber e é isso que estão a perguntar, e não querem violar o segredo de justiça, não querem saber contra quem foi feito e em que condições foi feito. Diga lá quantas senhor Presidente. Tenha a coragem. Diga lá quantas queixinhas já fez.

Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD

Refere-se aqui àquele aspeto que, para si, e para todos, é sempre muito importante, que é a educação. Sabem que há cerca de 50 crianças com necessidades educativas especiais no concelho e que necessitam do apoio da autarquia, nomeadamente, no transporte para as atividades, e sabem que só muito recentemente. segundo julga saber, é que foi assegurado esse transporte. Está assegurado, efetivamente, mas muito recentemente e sabem também que as aulas já começaram há 2 semanas. E, a pergunta que se faz é porquê tão tardiamente esse processo, que deve ter sido demorado, mas gostava que o senhor Presidente respondesse a esta questão.

Depois, a segunda questão é sobre a escola básica número 1, na rua Bartolomeu Dias, a rua do Snoopy, que tem cerca de 70 crianças que frequentam o ATL do Ninho, que é, exatamente, do outro lado da rua, mas onde não existe nenhuma passadeira. Existe sim, no final da rua, mas a uns bons metros abaixo, o que obriga as crianças e os educadores a percorrerem aquele percurso, e seria de evitar a todo o custo isso, colocando ali uma passadeira e também alguns instrumentos dissuasores de velocidade, como, bandas sonoras, ou outras que sejam necessárias ou que se entendam corretas.

A terceira questão, e que vem agora aqui a “talho de foice”, é diretamente para o senhor Presidente, relativamente aos melhoramentos que ficaram de ser feitos na passadeira que serve a escola secundária da Moita e a escola Dom Pedro, nomeadamente, no que se refere à colocação de bandas sonoras ou instrumentos de melhoria da segurança das pessoas, dos adultos à noite e dos jovens durante o dia, e a colocação de iluminação. Tem passado por lá e não viu nada.

E, finalmente, um pedido que se faz, uma sugestão, agora que o Natal se aproxima, pedia-se que a Câmara, quando planificasse as atividades ou ações que vai fazer, tivesse alguma simpatia para com as escolas primárias e os jardins infantis, e colocasse junto dos mesmos algumas instalações alusivas ao Natal, que seriam certamente muito bem recebidas pelas crianças e pelos encarregados de educação também.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Porque há pouco, na declaração política do PS com o balanço de 3 anos de mandato, foi referida a implementação da Assembleia Municipal Jovem, gostava que ficasse aqui bem claro, e, naturalmente, também foi referido que a Assembleia Municipal Jovem foi aprovada no mandato anterior e não houve oportunidade de implementá-la e este mandato foi implementada, desenvolveu-se esforços, mas foi ao nível de uma comissão permanente desta Assembleia Municipal, onde todas as forças políticas trabalharam para a sua implementação e, por acaso, a própria é a coordenadora dessa Comissão, e desculpem-na, mas quem não se sente não é filho de boa gente, e foi graças ao trabalho, seu como coordenadora e depois de toda a comissão que tem membros de todos os partidos desta Assembleia, que trabalharam e se esforçaram para que fosse implementada a Assembleia Municipal Jovem.

Até ao momento, não conseguiram, e já fez aqui várias vezes o balanço, portanto, é preciso também ter algum cuidado quando se faz esses relatórios porque, neste caso, é um trabalho de uma comissão,

volta a dizer, desta Assembleia. Aliás, neste mandato várias comissões foram constituídas, e que se tenha apercebido apenas duas comissões desta Assembleia trabalharam, aquela da qual é coordenadora e desenvolveram esse trabalho, e depois aquela em que o seu camarada João Figueiredo também é coordenador e que desenvolveu algum trabalho. Portanto, agradece que isso tenha sido falado no vosso balanço de 3 anos de mandato, mas é um trabalho da Assembleia Municipal e de todos os eleitos e todos os partidos que aqui têm assento.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Pedi para fazer um ponto de ordem à mesa, porque desconhece, ou desconhecia, porque agora ficou a saber, que já se pode discutir declarações políticas. Abre-se aqui um precedente para a próxima vez que houver declarações políticas de outros partidos poderem discuti-las aqui neste fórum.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Considerou que não foi na resposta imediata, foi agora, dentro de outro período generalista.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

Foi feita referência à declaração política que foi feita pelo Partido Socialista, inclusive, foi feita referência durante a intervenção várias vezes, pelo que assume que a bancada da CDU, nomeadamente, pela senhora deputada, esteja a fazer uma intervenção sobre a declaração política apresentada pelo Partido Socialista. Não lhe faz diferença nenhuma, só gostaria é que ficasse registado em ata que se abriu aqui um precedente e que já se pode discutir declarações políticas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Registou o reparo e deu a palavra ao próximo inscrito.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Existem aqui alguns pontos que gostaria de abordar, nomeadamente, referindo-se ao parque José Afonso, onde se verifica uma manifesta carência de manutenção, algo que, infelizmente, já se tornou normal, não só no presente executivo, mas como no anterior também. Há bancos que foram substituídos, mas aqueles menos utilizados continuam como se lembra deles há mais de 5 anos, madeiras podres, alguns já sem alguma das ripas que os compõem, piso levantado devido ao crescimento de raízes das árvores, colocando em causa a integridade física de quem utiliza aquele espaço. Claro que, para alguns, a prioridade é só a relva, que se encontra em mau estado efetivamente, mas quando há algo que coloca em causa a integridade física de um cidadão, isso sim deveria ser prioritário.

Outra das dúvidas que suscitam em si alguma curiosidade, e para a qual gostaria de algum esclarecimento, é o facto da obra do famoso buraco da avenida marginal com a rua São Sebastião não ter visível qualquer tipo de aviso de obra, algo que julgo ser obrigatório, e ainda que seja responsabilidade do empreiteiro, julgo ser do interesse do executivo contactar o mesmo empreiteiro no sentido de colocar o mesmo aviso, devidamente preenchido, sendo que isto também deveria ser sujeito a fiscalização pelos serviços de fiscalização da Câmara Municipal. Lembra que, de acordo com o RJUE - Regimento Jurídico da Urbanização e Edificação, mais concretamente no seu artigo 12º. a operação urbanística deve ser publicitada sob forma de aviso, sendo que, para a sua descrição, existe prevista uma contraordenação associada, mais concretamente na alínea i) do artigo 98º da mesma legislação que, no que concerne a pessoa coletiva, que é o caso, vai no mínimo de mil a cem mil euros.

Outro ponto, quanto ao pavilhão a ser implementado no Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira, gostaria de questionar se o mesmo está a ser construído não esquecendo os sismos recorrentes, de maior ou menor dimensão, que se têm verificado no distrito, ou seja, se estão a ser tidos em conta métodos de mitigação do exposto na construção do mencionado equipamento.

Por último, continua a reforçar a urgência para a colocação de um espelho na saída do posto de combustível na avenida 1º de Maio, na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, de modo a que possibilite uma visão mais ampla na saída em segurança do mencionado local.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

Estava o PS na oposição quando sugeriu, em sede de Assembleia Municipal, a criação de uma segunda de um segundo sentido entre o lar e a caldeira da Moita, de forma a escoar o trânsito, que assim deixa de ter que percorrer toda a avenida marginal, fazer toda a Santos e Silva até chegar à rotunda da BP, o

que levava, por vezes, pessoas da zona norte da Moita demorarem meia hora a chegar a essa rotunda. Leu, na imprensa local, que essa obra vai ser uma realidade, e fica duplamente satisfeito porque deu essa sugestão e a ideia foi aproveitada, e porque vai mitigar o stress a que estavam sujeitas, diariamente, as pessoas que ali que tinham que passar com as suas viaturas, principalmente ao final da tarde.

Também regista com muita satisfação as intervenções que estão a ser levadas a cabo nas traseiras da rua da Paz, no Palheiro, com a criação de mais lugares de estacionamento, numa zona onde existem duas escolas e um jardim de infância, assim como a requalificação da rua do Varino, que vai permitir uma melhor circulação e também mais lugares, para que as pessoas quando vão ali deixar as crianças nas escolas possam ter mais facilidade de estacionar as viaturas.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

Gostaria simplesmente de trazer um alerta, porque nas paragens de autocarros que existem no concelho, quase todos os horários estão muitíssimo desatualizados ou não existem. Nomeadamente, foi abordada por um munícipe de Alhos Vedros que lhe disse que existia um autocarro que fazia a circulação interna dentro de Alhos Vedros e que ele não sabia qual era o horário em que o autocarro circulava. Como é que é possível? Sabe que a Carris Metropolitana tem uma app em que se pode ver, muitas vezes, até em tempo real, mas neste caso era um munícipe de certa idade e não lhe pode dizer para ele se socorrer de uma app, portanto, seria importante que a Carris Metropolitana voltasse a colocar horários, e em condições, nas devidas paragens.

Por outro lado, também fui abordada por uma munícipe de Alhos Vedros, preocupada com o facto de, na sua rua, o estacionamento estar em cima do passeio, nomeadamente, perto da janela do seu quarto, portanto, parece que todos os carros na rua Egas Moniz estacionam, muitas vezes, em cima do passeio, o que faz com que os próprios transeuntes tenham que vir para o meio da rua, ou seja, o passeio fica ocupado pelos carros e as pessoas que querem circular vêm para a rua e têm que andar na estrada, portanto, é uma questão que pensa que também terá que ser tida em linha de conta.

Por outro lado, no Vale da Amoreira, também a fizeram sentir que existiam diversos daqueles sacos de entulho, que estão durante uma imensidão de tempo sem serem retirados, e gostaria de saber a quem é que compete retirar esses sacos de entulho, se a Câmara tem alguma responsabilidade nisso, porque alguns, realmente, nota-se que a obra já terminou há algum tempo e eles continuam na via pública.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

Traz a esta Assembleia, novamente, um assunto que no princípio deste ano reportou aqui. Passados estes meses, aquilo que veio aqui retratar, que foi os entulhos e os monos junto aos contentores, continua a ser uma praga. É uma praga. Não só os monos, como os verdes que se cortam, como o contentor pedido aqui na Assembleia que fosse posto no Bairro José Ferro para reforçar os contentores, porque a população tem aumentado e era necessário que houvesse um aumento de contentores, até hoje, zero. Ora, o que estão aqui a ver é que vêm aqui, falam, falam, falam, diz aquilo que é realidade, e convidava o executivo a ir dar um passeio pelo Bairro José Ferro, onde há mais 3 semanas, e não é mentira, porque da outra vez ainda balançou porque podia ter chegado e terem lá posto depois dos carros terem abalado, mas agora não. É que quando chega a ser três, quatro semanas, os monos ao pé do contentor, já há uns que até fazem fila até à outra rua.

Depois, em matéria de reciclagem, o vidro chega a estar empilhado de vidros e ninguém vai lá buscá-lo. Onde se põe o papelão, chegam a pôr cartões e cartões ao lado do contentor, porque já não cabe lá mais nada. E depois, qual não foi o seu espanto quando recebeu um documento na sua caixa do correio que diz assim “a imagem da sua rua é também a sua”. Fica espantada. Porque depois, volta o papel e realmente concorda, “manter o concelho limpo é responsabilidade de todos”, a começar pela Câmara Municipal que acha que é a entidade que deve garantir isso.

Ora bem, a imagem da rua não é sua, é de alguma incompetência que está a haver aqui neste concelho. Incompetência. Chega a ser sexta-feira, o contentor do lixo não diferenciado está cheio, e quem trabalha durante a semana põe manhã, à tarde ou durante a madrugada vem o carro e tudo bem. mas depois, o fim de semana, quando se chega ali a sábado, logo de manhã, já não se consegue pôr lá sacos, mas não é só na sua rua, é em todas. Depois, deu uma volta, porque tem irmãos e família em todo o concelho, e admira-se de ninguém trazer aqui o que se está a passar ao lado dos contentores. É horroroso. Trabalha no concelho de Oeiras e pode garantir que quando dizem ou telefonam para lá a informar que vão pôr um móvel fora, ou seja o que for, passado três, não mais do que isso, vem uma carrinha e leva. Aqui, no prospeto que puseram na caixa do correio, também vem um número para o qual se pode telefonar, mas não, deem uma volta no concelho.

E nomeadamente, o senhor Artur Varandas poderá dizer melhor que a própria, porque é o Presidente da Junta, o que se está a passar naquelas Arroteias. O que está a passar é que aumentou a população, as casas que eram de pessoas que viviam sós, agora estão habitadas por famílias, e os contentores já não dão para aquelas pessoas. Tem que haver mais contentores, tem que haver mais tiragem das coisas. No contentor diz às terças e às quintas até às dez da noite, e pode garantir que há três semanas, quando abriu a porta, e não lhe digam que é mentira porque mostra a fotografia e até ao vídeo, estava lá o entulho todo à porta quando saiu às oito da manhã. Todo o mobiliário que meteram lá no fim de semana estava lá esta manhã e não é mentira. É uma revolucionária e é só a verdade que diz.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Traz aqui 3 assuntos, e um deles porque quer deixar aqui registado que a Junta de Freguesia da Moita está e sempre esteve disponível para ser envolvida nos processos que são respeitantes à sua área territorial, para poderem saber o que é que está a acontecer e o que é que está a ser desenvolvido.

Hoje, traz o assunto da questão de novas linhas, novas carreiras de autocarros que foram implementados na freguesia, e ainda bem que existiram, mas, tal como sabem, é competência diretamente atribuída pelo Estado português os abrigos de passageiros, e não sabe onde é que essas carreiras e essas paragens foram colocadas, e vai ter que andar às voltas pela Moita à procura das novas paragens, porque não foram informados sobre o que é que está de novo. Gostava que, numa próxima oportunidade, pudessem ser envolvidos, inclusive, até para analisar os locais, se dá para pôr abrigos ou não, porque depois, se as pessoas não têm forma de se abrigar das intempéries, a culpa da falta destas condições é da Junta, mas isto foi só um aparte.

Queria deixar também uma questão, porque tem sido questionado e não sabe a razão, e assim faz aqui publicamente e, se calhar, ficam já todos também a saber. No Chão Duro, está a ser feito um investimento privado, crê que será um estabelecimento comercial de qualquer área que desconhece, e era isso que queria perguntar, se a Câmara Municipal, ao nível das atividades económicas, tem algum processo que os possa informar. É onde era o antigo stand do Cordas, a seguir à bomba de gasolina no sentido Moita – Broega, que está ali do lado esquerdo, e gostava de saber se já existe algum processo na Câmara Municipal para lhes dizer a tipologia do investimento que está ali a ser criado.

Por último, quer deixar uma reflexão pessoal e enquanto autarca. Quer registar com agrado o que assistiu hoje. Ficou extremamente agradado com o que viu na inauguração da sede dos Romeiros da Tradição Moitense, num moinho que estava ao abandono, que estava totalmente devoluto. Na altura, quando abordaram a situação de poder ser uma instalação para alojar uma das associações da freguesia, e ficou muito agradado por ser entregue a uma associação que desenvolve uma excelente atividade ao nível da área que representa, da área equestre, da área da tradição, e verificou que o município foi muito além de doar uma instalação, efetuou uma recuperação que vale a pena todos irem lá visitar, porque a associação terá todo o gosto em receber qualquer dos presentes aqui hoje, ou quem esteja a assistir, para visitar aquele monumento, porque é um monumento que está ali, está magnífico o trabalho que está ali.

Muitos parabéns aos trabalhadores, e à autarquia também por ter tido esta decisão, como é óbvio, e esperam que muitas das atividades dali surjam. Na Moita, há muitos espaços destes, espaços no estado em que este moinho estava, situações de imóveis devolutos, uns que são públicos, outros privados, e é este o caminho, é continuar a desenvolver todos os esforços para que, a pouco e pouco, todos eles sejam recuperados e que melhore as condições na freguesia.

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

Relativamente os atos da Câmara, quer questionar sobre uma situação que tem a ver, obviamente, com o seu território, que diz respeito ao skatepark, que é uma obra que era muito desejada por muitos jovens da freguesia, e não só. Aliás, em tempos tiveram tinham os famosos poços na sua freguesia, que eram bastante conhecidos até no país, inclusivamente, teve colegas da faculdade que conheciam a Baixa da Banheira, precisamente, por causa daquele local onde vinham praticar skate, btt, bicicletas, portanto, era bastante conhecido. Infelizmente, foi um projeto, ou foi um local que acabou no mandato passado, e um grupo de jovens que também se juntou para reivindicar um novo espaço para esta prática desportiva. Sabe que as obras já começaram e queria pedir se era possível o senhor Presidente fazer um ponto de situação de quando é que está previsto terminar a obra, e eventuais constrangimentos, e informar sobre as dificuldades que tiveram recentemente, que provocaram muito alarido, mas a verdade é que, às vezes, as coisas têm uma razão, portanto, era importante também informar sobre isso.

Depois, aqui também falar sobre uma ação que decorreu nos últimos dias, aliás, ultimamente tinha feito muitas comunicações à Câmara Municipal da Moita sobre o estado da higiene urbana na freguesia

da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira, e a verdade é que houve aqui um claro esforço na limpeza das ruas, sobretudo nos últimos dias, e que também deve agradecer porque sabe que foi preciso bastante coordenação entre os serviços, mas também parabenizar a Câmara Municipal por uma ação concertada que desenvolveu na rua 26 de Janeiro, a que o senhor Deputado Municipal António Chora falou aqui, de alguns buracos que se fechou e que se abriram, mas a verdade é que a rua 26 de Janeiro, durante esta semana, e sobretudo nos últimos dias, foi alvo de uma grande intervenção a vários níveis, não só a nível de estacionamento, com a retirada de viaturas abusivas, a própria limpeza da rua, portanto, os moradores estão bastante satisfeitos e têm recebido na Junta de Freguesia bastante feedback positivo, e também vai resolver um problema que há muito existe, que depois despoleta na rua António Sérgio, a rua por trás que está à frente de uma escola, que diz respeito a esgotos que vão escoar para aquela rua, e também se procedeu ali a uma regularização de alguns contadores de água. Portanto, também parabenizar a Câmara Municipal por esta ação, porque enquanto presidentes de junta, às vezes, têm que referir aquilo que está mal, mas também têm que dar os parabéns quando as coisas correm bem e, sinceramente, acha que é para continuar este tipo de colaboração entre, não só os munícipes fazerem chegar as suas reivindicações aos órgãos autárquicos, quer à Junta de Freguesia, quer à Câmara Municipal, mas também haver esta colaboração entre as juntas de freguesia e a Câmara municipal.

E, só para terminar em jeito, não abrindo aqui precedentes, mas já que foram abertos, dizer que, efetivamente, existe uma clara falta de comunicação aqui neste concelho, porque esteve presente numa reunião no início do mandato, e podem falar de acordos, podem falar de entendimentos, podem atribuir vários tipos de palavras, mas, como todos sabem, em 2021 houve eleições autárquicas no concelho da Moita, e a matemática foi bastante simples, o PS ganhou na sua freguesia por uma minoria, portanto, foi necessário reorganizar equilíbrios. Acredita que haja uma grande falta de comunicação, mas a verdade é que esteve presente na reunião com um dirigente de um determinado partido político, e isto faz sentido. E vai recordar a Coligação Democrática Unitária que, em 2015, fizeram também parte, a nível nacional, de um acordo político, portanto, é normal que se façam acordos políticos, entendimentos, chamem o que quiserem, mas em 2015 houve a chamada geringonça.

Não aconteceu o mesmo no concelho da Moita, no concelho da Moita tudo o que foi necessário fazer foi arranjar equilíbrios, e esses desequilíbrios foram feitos no executivo da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira, basta olhar para o executivo e perceber que têm lá uma pessoa que não é da força política do Partido Socialista, é do PSD. Aliás, o convite que foi feito ao senhor Paulo Alfama foi, precisamente, para integrar o executivo da Junta de Freguesia, e que, por questões pessoais, não foi aceite e foi feito o convite para ser o Presidente da Assembleia de Freguesia.

Mas, dizer que isto são coisas completamente normais, que existem em vários órgãos autárquicos, não só deste concelho, mas também de todo o país, de vários partidos políticos. Conhece casos de órgãos que são da CDU que também fazem esta gestão, estes equilíbrios com outras forças políticas, portanto, não está a perceber por completo a celeuma que se está a criar neste concelho. E atenção, há aqui uma coisa que foi dita que é muito importante, estão apenas a falar de viabilizar executivos, ninguém está a comprometer a autonomia, quer dos eleitos, quer de cada pessoa, porque uma coisa é viabilizar executivos, outra coisa é a autonomia, a gestão regular, a liberdade de voto e o livre-arbítrio, porque estão numa democracia e as pessoas são livres. Acima de cada partido político, também estão aqui para defender os interesses da sua população, portanto, aqui ninguém está de arma apontada ninguém e dão liberdade a quem quer fazer parte dos seus órgãos autárquicos.

Mas, a verdade foi esta, e acredito que as pessoas não tenham conhecimento, mas também há aqui qualquer coisa que está errada, e também acha que é uma clara falta de comunicação, que ultrapassa por completo o Partido Socialista, portanto, também queria deixar isto aqui referido.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Queria falar aqui de 4 ou 5 temas sobre os trabalhos desenvolvidos neste relatório de atividade na freguesia de Alhos Vedros, e queria começar por falar sobre os parques infantis.

Pediram colaboração à Câmara Municipal da Moita para devolverem um parque infantil à população dos Brejos Faria, que tinha sido retirada a população à 21 anos, e a Câmara Municipal da Moita deu-lhes essa colaboração, elaborou o projeto e agora, na última semana, deu-lhes uma ajuda, com a validação, a confirmação técnica das boas condições da instalação do piso, e a Junta solicitou à empresa que voltasse a colocar o piso ou, pelo menos, retificasse os trabalhos. Queria agradecer esse trabalho, porque este trabalho de colaboração, de cooperação e de entendimento, para trabalhos que serão executados a favor da população e para beneficiar a população, é sempre um benefício. Trabalhar de uma forma coletiva, e em entendimento, é a sua forma e a sua visão de trabalhar, e acha que todos ganham, e a população também usufruiu mais.

Agradecer também pintura do Moinho de Maré que, tal como já disse na penúltima Assembleia, é um edifício fantástico, que conta com, praticamente, 600 anos. Neste momento, está em boas condições estéticas, e não era pintado desde a 2007, salvo erro, no entanto, tem ali uma questão que gostava, que o senhor Presidente pudesse falar um bocadinho sobre isso, porque quando estavam a retirar os andaimes estava nos Amigos do Mar, e também ficou um bocadinho curioso sobre o que é que se passou com aquela pintura, no piso mais antigo, daquelas pedras que dizem que são pedras da Serra da Arrábida, que estão também nas capelas e nas igrejas, portanto, são pedras centenárias.

Depois, em relação à obra que foi feita pela Junta naquele talude da Corticeira Ibérica, agradecer também a colaboração técnica da proteção civil, que lhes emitiu um relatório de segurança muito importante, porque em relação àquilo que pretendiam efetuar foram autorizados pela entidade responsável, quanto às condições exteriores e do local foram acompanhados pela proteção civil, que foi com enorme satisfação que colaboraram com a Junta para poder entregar aquele espaço a uso da população. Foi uma segunda fase, para o ano será feita uma terceira fase, para melhorar ainda mais aquele espaço, mas, neste momento, ele já pode ser usufruído pela população, em contato com o património natural ambiental do rio Tejo em Alhos Vedros.

Queria também referir aqui algo que já não é tão positivo, que são os serviços da Amarsul. Tem enviado várias reclamações, circula pela freguesia de Alhos Vedros todos os dias, em vários locais, tem dezenas de fotografias de contentores azuis e amarelos ou com o lixo já fora do próprio contentor, ou com a tampa levantada porque não conseguem levar mais, e não sabe se será problemas com as recolhas ou incapacidade. Sabe que a senhora Vice-Presidente Sara Silva também tem conhecimento, porque chegou a falar com ela, e dá conhecimento quando reclamo, mas sabe que a Câmara tem uma ligação e uma competência mais direta, e paga os serviços, naturalmente, portanto, pensa que tem que haver uma intervenção e uma sensibilização para a empresa, a Amarsul, tomar algumas diligências no sentido de melhorar os serviços. Aliás, não deve ser só na freguesia de Alhos Vedros, mas sabem que é possível, e tem que ser possível, melhorar os serviços e tem que ser readaptar o número de voltas que dão, mas isso são questões técnicas e logísticas da própria entidade que faz a gestão.

Depois, falar também, em sequência disto, da Simarsul. Não pode provar, mas tem quase a certeza que a estação elevatória da Vinha das Pedras está subdimensionada há anos, não é de agora, e continuam a assistir a uma situação que é inaceitável e inadmissível em Alhos Vedros. A caldeira do moinho, em frente ao moinho, que ainda por cima foi pintado há 15 dias, e desde aí já constatou lá por 2 ou 3 vezes descargas de esgotos, e a vala que circula da Vinha das Pedras, junto ao forno da cal, a mesma coisa. Alguma coisa tem que ser feita, tem que se investir. Pelo que sabe, uma empresa intermunicipal, mas tem que se investir para aumentar a capacidade de receção daquela estação elevatória, e para mais, numa situação que acha que é por demais evidente, porque, se calhar, algumas pessoas não sabem, mas a Câmara tem feito vários trabalhos de ligações irregulares e de ligações que não existiam.

Ainda há 2, 3 semanas, enquanto trabalhavam no parque dos Brejos Faria, na rua do Parque Infantil, que não tinha parque infantil, mas chamava-se, e chama-se, rua do Parque Infantil, e que agora já tem lá um parque infantil, a Câmara ligou 3 casas naquela rua, portanto, havia ali uma necessidade, tal como noutros locais, porque vai fotografando, vai registando, e tem existido trabalho, por exemplo, na rua João Anes, junto às piscinas, há uns meses atrás, e noutros locais. Portanto, se existe ainda mais caudal a ser remetido para a ETAR, pensa que, naturalmente, ainda vai congestionar e criar mais problemas. Isto é uma opinião humilde, não tem conhecimentos técnicos suficientes, mas acha que é senso comum, se fazem mais ligações, se se manda para lá mais saneamento para ser tratado, para ser direcionado para a outra estação do Lavradio, ou o que seja, e não sabe como é que aquilo funciona, mas pensa que tem que ser alterado o funcionamento. Uma estação feita há cerca de 20 anos, e não sabe se alguma vez, ao menos, foi reajustada ou readaptada à população que existe neste momento em Alhos Vedros, mas não lhe parece, por isso, pede por favor, que alguém faça alguma coisa porque acha que era importante tentar resolver este problema.

Depois, para finalizar, dar os parabéns ao senhor vereador da educação que, na sua opinião, tem feito um excelente trabalho nos últimos meses, e ainda hoje, constatou, às oito e tal da manhã, que foram entregues os monoblocos da escola para os alunos que já iniciaram o ensino secundário na escola José Afonso, portanto, estão todos de parabéns por a escola José Afonso ter ensino secundário, que era uma carência já com muitos anos.

Queria também dizer uma coisa para terminar a sua intervenção, que não falou há bocadinho nas questões das competências na moção da CDU, mas vai só, em um minuto, dizer aquilo que pensa em relação à delegação de competências. Neste concelho, tem sido possível melhorar com muitos investimentos, principalmente, naturalmente, com recursos financeiros da Câmara entregues às freguesias, os estabelecimentos escolares. É por demais evidente, e é possível aferir com toda a comunidade educativa, os diretores, os assistentes operacionais, os professores, as melhorias

significativas no parque escolar e nos edifícios escolares de todas as freguesias. Sabe de alguns trabalhos até relevantes e estruturais nas outras freguesias, mas pode comentar aqui 2 ou 3 da freguesia onde esses trabalhos foram desempenhados pela Junta de Freguesia.

Resolveram uma questão que já tinha cerca de 20 anos, uma infiltração grave no pavilhão José Afonso, interior e exterior, que chegou a danificar equipamentos e mesas de ténis de mesa, dentro desse pavilhão. Construíram uma rampa de acessibilidade no polivalente para o refeitório, para os alunos da escola José Afonso. Construíram as portas de gradeamento para os furtos, que foram vários, como se sabe, no início do ano várias escolas tiveram esses problemas. Instalaram, em 3 anos, climatização total na escola básica nº2 da Fonte da Prata, um investimento superior a 15000 euros, e que permitiu que todas as salas de aula tenham climatização, incluindo a biblioteca e a sala onde se procede ao ensino dos alunos com necessidades educativas específicas, porque não gosta de dizer especiais, gosta de dizer específicas. Portanto, vê com muito agrado, os seus colegas pensam da mesma forma, e a única coisa que tem a dizer é que deviam ter mais competências, e apesar de estarem a um ano do final do mandato, deixou um repto ao senhor Presidente para ainda negociarem mais alguma coisa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Vai falar na qualidade de deputado do PS, e em resposta à senhora Deputada Municipal Mónica Ribeiro, sobre a questão da avaliação que o Partido Socialista fez ao projeto da Assembleia Municipal Jovem.

A Assembleia Municipal Jovem era, e é, também uma ambição, um objetivo do Partido Socialista eleitoral à Assembleia Municipal, e sendo muito claro, está lá como Presidente da Assembleia Municipal, e não como membro do Partido Socialista, porque se envolveu diretamente nisto, com muita dedicação e carinho, como a senhora deputada sabe, e com quem conta muito, como também conta muito com os restantes membros da Comissão Permanente, e tem um conceito e uma forma de estar na vida em que, se se acha que é bom para as populações, pode ser feito em conjunto com todas as forças que o queiram fazer. Não há aqui nenhum problema. A senhora deputada sabe muita coisa, mas, se calhar, não sabe tanta, como, por exemplo, o que o próprio luta, o que fala, o que chateia este aquele e o outro.

Não vai, naturalmente, dizer algumas coisas, para não ser inconveniente, e porque já não tem idade para fazer adversários, muito menos inimigos. O que querem, realmente, é fazer a Assembleia Municipal Jovem este ano escolar, que é o último ano do mandato, e com todos, mas nesse todos, os partidos que trabalham e que intervêm, têm a sua cota, o que é perfeitamente natural. Não há projetos bons para o PS, ou projetos bons para a CDU, há projetos bons para o concelho, esteja lá quem estiver. Esta é a sua maneira de estar na vida e é assim que quer.

Recentemente, como sabe, e ninguém o pode acompanhar, o que compreende, foi a Odivelas assistir a uma conferência sobre assembleias municipais jovens, onde estiveram 5 municípios que têm experiências disso, de todos os partidos, Sesimbra da CDU, Mafra do PSD, Loures do PS e Almada do PS, e espera que também consigam vir a fazer isso todos em conjunto. É o dinamizador, talvez por ser reformado e ter mais tempo livre para se dedicar a isto, e irão fazê-lo também aqui no concelho, propôs à Câmara Municipal uma verba para incentivar as escolas a participarem, e não inventou nada, porque todos os municípios que lá estiveram têm isso, e as escolas têm, realmente, atrativos para projetos locais livres, mas que são do incentivo também à participação, portanto, era só isso que queria dizer.

Julga, naturalmente, que quando o Partido Socialista se referiu a isso, e não diz onde, porque não pode dizer e não pode comentar, mas fê-lo numa avaliação dos seus autarcas, nas suas várias áreas, num balanço de 3 anos, e que é, realmente, é uma luta também do PS, mas na qual espera continuar a contar sempre com todos, porque todos têm uma cota parte.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Deixe-o já agradecer-lhe pela pausa que fez na campanha eleitoral, em modo de auto elogio, a que assistiram aqui. Quer relembrar que a proposta para a Assembleia Municipal Jovem foi aprovada no mandato passado, por proposta do PS, ficam todos claros sobre isto, mas é um trabalho, como o senhor Presidente disse, da Comissão de Educação, com o envolvimento de todos os partidos que lá estão presentes.

Primeiro, queria referir algumas coisas que, naturalmente, não estão no relatório, porque o relatório tem 233 páginas, salvo erro, mas falta lá muita coisa. Referir que, por exemplo, um munícipe veio ter consigo, já por mais de uma vez, a pedir-lhe que chame a atenção da Câmara, ou da Junta, porque ele já tentou fazer e não foi atendido, acerca de uns pinos que estão colocados na rua do Ribatejo, mesmo no cruzamento com a rua 1º de Maio, que ajudam a que o acesso a uma garagem não seja obstruído, e que são constantemente derrubados, e tem sido ele, constantemente, a repor os pinos. Ele acha, e

bem, que o trabalho não deve ser dele, deve ser das autarquias, portanto, pediu-lhe para fazer esta nota.

Também vários munícipes, e foram bastantes, fizeram-lhe chegar a queixa de que as ruas, e vai dizer o termo que usaram, “estão imundas como nunca estiveram”. Na Baixa da Banheira, que conhece melhor do que o resto do concelho, apesar de percorrer regularmente pelo o resto do concelho, existem muitas ruas que estão sujas com resíduos, líquidos e não só, mas sobretudo líquidos, que são deixados pelos carros de recolha de resíduos, portanto, é algo que necessita, claramente, de ser revisto, além de que existem muitos espaços que costumavam ser limpos com regularidade, vários túneis que existem nas zonas mais densamente povoadas, que costumavam ser limpos regularmente e neste mandato ainda não foram.

Deixem-no também dizer que foi com algum contentamento que ouviu falar no nome da escola José Afonso, porque a Câmara Municipal publicou uma notícia que indicava que a escola José Afonso ficava sem nome, portanto, espera que tenha sido um engano, espera mesmo que tenha sido um engano, e gostava que isso fosse confirmado, que foi um engano, porque José Afonso é uma figura maior da luta pela liberdade, passou muitas vezes por Alhos Vedros, pela Baixa da Banheira, portanto, aquela escola tem um nome que faz jus a essa história e, nos 50 anos do 25 de Abril, retirar-se o nome José Afonso da escola, não era nada com que ficasse muito espantado, infelizmente, mas ficava bastante triste. Mas, tendo em conta as comemorações do 25 de Abril no município, garante que não ficava muito admirado, portanto, espera que seja mesmo um engano e parece que assim é.

Também sobre as escolas, ficou com a ideia de que iria ser instalado um contentor na escola nº 3 da Baixa da Banheira, e ainda não o viu a ser instalado, mas também gostava de saber quantos turnos para o almoço vão funcionar e quanto tempo tem cada aluno para almoçar.

Crê que já foi aqui falado sobre o transporte escolar para os alunos com necessidades educativas específicas, mas a escola já começou entre 12 e 15 de setembro, e o contrato que está disponível no portal base foi assinado no dia 23, portanto, e pelo que lhe disseram, o transporte iniciou-se ontem, o que quer dizer que, durante estas quase 2 semanas, aqueles alunos ficaram sem transporte, eventualmente, alguns mesmo sem possibilidade de assistir ao início do ano letivo.

Outra questão que lhe foi trazida por mais do que um pai, foi a questão do pagamento das refeições escolares. O carregamento das refeições na nova plataforma implica o pagamento de uma taxa, e essa taxa, no entender da bancada da CDU, não deve existir. Não sabem se a taxa tem a ver com a própria plataforma, se tem a ver com o método de pagamento, porque, aparentemente, quem paga a dinheiro não paga essa taxa, mas o que gostariam de ter aqui garantido é que os munícipes que já pagaram, e que tiveram que pagar essa taxa, vão ser ressarcidos desse custo e que essa taxa vai desaparecer, ou que, não podendo desaparecer, é o município que assume o seu custo.

Indo ao próprio relatório de atividade municipal, o senhor Presidente diz que são mais de 200 páginas, e é verdade, como já disse acha que são 233, não tem a certeza, mas as primeiras 35 páginas são páginas que têm 2 fotografias e 5 linhas de texto, e as fotografias, cada uma delas, tem vários elementos dos executivos do PS, portanto, cá está o auto elogio e a campanha eleitoral, mas depois também tem algumas coisas curiosas.

Por exemplo, quando se fala nos dados da app Moita Mais Próxima, está escrito assim “na categoria arruamentos e vias verificou-se uma taxa de 28% da conclusão das ocorrências registadas”, portanto, quer dizer que concluíram menos de um terço das ocorrências registadas.

Outra coisa que ali está muito interessante, é que é a execução das despesas de capital, que é as despesas de investimento, ficou nos 20%, abaixo dos 38% que havia no relatório do ano passado, o que quer dizer que existe uma menor capacidade de investimento e uma menor capacidade de execução. Ora, para um município que, comparado com os tempos da CDU, duplicou o seu orçamento, o que veem não é o dobro da obra, é menos obra, e este é o mote nestes 3 anos de mandato. É mais gastos e menos obra, e isto reflete-se, como ouvem os munícipes aqui dizer, constantemente por todo o território, não é específico da freguesia ou do local.

Depois, há coisas a que já fizeram aqui essa referência, como na página 76, se não se engana, que refere algo que lhe faz muita confusão, se calhar, é o próprio que está errado, mas vai deixar aqui a questão e que vai tentar ler: “é da responsabilidade da divisão de pessoal, recrutamento e formação, a gestão dos cerca de 1131 trabalhadores da Câmara Municipal da Moita”. Ora, à data do relatório, não se sabe quantos trabalhadores têm a Câmara da Moita, são “cerca de 1131”. Sabe que há variações, o processamento de salários até mostra essas variações, o processamento de salários de mês para mês pode variar com baixas, com pessoas que deixaram os quadros da Câmara, mas, cá está, os salários processados no mês de junho são 1155, em julho são 1157 e em agosto são 1148. Não é “cerca”, é um número efetivo, portanto, faz-lhe muita confusão que o município tenha no seu relatório de atividade, que são cerca de um número x de trabalhadores. Não, à data da execução deste relatório é um número concreto, e é esse que deve vir aqui e não um “cerca”.

Também queria aqui deixar uma outra nota, porque a CDU tem apresentado vários requerimentos, alguns requerimentos tiveram resposta 2 anos depois e a resposta é a dizer, por outras palavras, “não respondemos”. Depois, há outro pormenor muito interessante, é que na pasta da Área Reservada estão lá os requerimentos apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo PS, e aí estão mesmo os requerimentos que foram apresentados, na pasta da CDU, dos 5 ou 6 que apresentaram, está 1, está o resto da comunicação, mas os requerimentos não estão. Portanto, o que isto revela, se não for um descuido, é uma falta de democracia no funcionamento destes órgãos municipais, portanto, estando a falar da atividade municipal, não podem deixar de referir isso.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados de forma sintética, concisa, e que pudesse ir direito aos assuntos, a contento de todos.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Face a um numeroso número de questões, e não querendo depois ser acusado, ou este executivo, de não dar as respostas necessárias, utilizarão com parcimónia o tempo que lhes couber e que acharem por necessário para dar resposta a esta panóplia de questões que lhes são colocadas, mas continua a saudar as intervenções que todos fizeram, e sem se querer alongar com mais considerandos, vai passar às questões aqui colocadas, que foram muitas.

É importante aqui falar de uma coisa que considera importantíssima para todos, tanto aqui como aqueles que os assistem a partir de casa. Todos estão certos que, para fazer obras, é necessário projeto, acha que todos têm consciência disso. Para haver obra, é necessário projeto, porque sem projeto não se pode desenvolver obra. Também todos têm conhecimento que agora, no mês de setembro, inauguraram, e estão a inaugurar, um conjunto de obras feitas e executadas por este executivo, muitas delas feitas com trabalhadores deste município, o que é um defeito que radica a construção dos orçamentos e de como isto se desenvolve, porque o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do município deveria ser contabilizado para despesas de capital, porque estão a investir com a prata da casa, com os seus homens, com as suas mulheres, a fazer obra. Já para não falar nas outras inúmeras obras, que ou estão em curso ou a estão a arrancar, fruto do trabalho que se desenvolveu ao longo de vários anos.

Dizer, e pegando aqui nas palavras do Deputado Municipal do PS, que lhes colocou aquela questão do Matão, João Soeiro, sim. Começaram a desenvolver e a encontrar solução para o alargamento da ponte do Matão nos primeiros 2 meses de mandato e, vejam, porque a obra vai começar agora no próximo mês de outubro, o tempo que foi necessário até conseguirem colocar em prática esta obra, porque tiveram que reunir com as mais diversas entidades. Por isso, sim, dá muito trabalho fazer as coisas bem feitas, porque se fosse para fazer as coisas mal feitas, como eram no passado, depois tinham resultados como aqueles que têm hoje em dia.

E, respondendo à questão colocada pela Presidente Bárbara Dias, relativamente ao skatepark da Baixa da Banheira, quando iniciaram foram obrigados a parar a obra por a máquina se ter destruído, quando estava a abrir os poços antigos, atulhados com resíduos de construção e demolição, assumidos aqui pelo vereador na altura em exercício, numa reunião descentralizada na freguesia da Baixa da Banheira. Optaram por já nem mexer nesse assunto, e decidiram fazer sim uns poços novos ao lado, com um projeto novo, desenvolver o projeto e lançar efetivamente a obra. Quando estavam a fazer a obra, não havia cadastro das redes das infraestruturas, e cortou-se a rede de programação, a rede de rega e a rede de abastecimento de água, ou seja, a rede de abastecimento de água da piscina, a rede de rega do parque Zeca Afonso ali naquela área e a rede de programação dos aspersores.

Por isso, sim, depois têm todos estes constrangimentos, e é claro que depois conseguem fotografias lindíssimas da relva amarela, ou seja, por regar, mas isso é fruto de não haver cadastro, porque era suposto não haver ali nada, e nem sequer estaria sinalizado, mas isso é algo que fica patente e é registado. Podem dizer que falaram com 30 ou 40 cidadãos, para engodar quem os ouve a partir de casa, a verdade é uma, as pessoas sabem muito bem o trabalho que a CDU fez, e mal, a pesada da herança que lhes deixaram, e isso é conhecido por todos.

Não querendo fugir muito ainda do tema das intervenções que fizeram, e para ir às questões colocadas pelo senhor Presidente Artur varandas, também no que diz respeito às intervenções, é assintomático. Cada vez que fazem uma obra, seja ela qual for, de que dimensão for, encontram sempre algo, e encontrar algo nunca é positivo. Repare-se, descobriram que não havia aquela pedra lateral no Moinho, aquela ombreira. Não havia. Convidou o senhor Presidente da Junta, numa iniciativa que houve no Moinho para ir ver pessoalmente, olhos nos olhos, tocar na parede, sentir, ver o que é que lá estava para ver que não existia lá pedra, nunca existiu. Nunca existiu lá aquela pedra, agora, claro, aquela

pedra vai ter que ser recolocada. Vai ter que ser recolocada, não, vai ter que ser colocada pela primeira vez, porque nunca existiu.

O que existia, como em muitas situações, era que aquilo estava pintado numa tonalidade diferente, e é claro que, àquela distância, ninguém dava pela falta da pedra, e também ninguém se ia assomar à janela para verificar se a pedra realmente lá estava. Isto faz lembrar aquela política de Leste, em que se pintava comida em peças de madeira para simular que havia muita comida, e ali simulava-se que existia uma pedra no Moinho de Maré, pedra essa que nunca existiu, mas isso é mais do mesmo a que já estão habituados.

Neste momento, pediu, até para fazer cumprir a sua capacidade de síntese, para não ser interrompido, mas por lhe terem falado em respeito, e muito bem, nesses apartes que lhe acabaram de fazer, e respondendo ali ao senhor Deputado João Faim, quanto aos processos crime, dizer que existem dois por distúrbio, um por integridade física, um por invasão de propriedade privada e dois por ofensas. É o que existe, e mais poderia haver, face, neste caso, às faltas de respeito que existem, constantemente, às ameaças à integridade física a que os autarcas, neste caso, deste executivo, que tomam decisões difíceis, sofrem constantemente e às ameaças de morte que têm, constantemente, por parte de algumas pessoas.

Mas dizer que, apesar disso, e para quem os escuta a partir de casa, continua a entrar e a sair pela porta da frente da Câmara, não se esconde. Continua a andar por todos os sítios a pé e não preciso de andar acompanhado, porque não tem medo, e circula para mostrar a vontade e o querer deste executivo em levar para a frente as medidas que, para alguns, podem ser difíceis, incómodas ou de facilitismo, tanto que instalaram na rua 26 de Janeiro uma bateria de contadores, provisoriamente, para pessoas que não tinham direito a ter água, que ficaram lá mais de nove anos, e agora que procederam ao corte, nesse mesmo dia, a água foi ligada. A água foi ligada à noite, existem registos dessa ligação, as autoridades foram informadas, os serviços da Câmara Municipal tiveram, no outro dia a seguir, a proceder ao corte, e é óbvio que, perante esta situação, vai seguir uma queixa para o Ministério Público. Esta Câmara, esta Casa, estes serviços, estes profissionais da Câmara Municipal merecem ser respeitados, da mesma maneira que qualquer cidadão.

Pegando no assunto que aqui trouxeram, e promete tentar ser sintético nesta análise, dizer à Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira que, no início do mandato, teve que se fazer uma geometria variável, acordos com diversas políticas, neste caso, com duas forças políticas em particular. Deixou claro, desde o início, que não fariam acordos com o Chega, e houve um lugar em aberto na vereação que nunca seria para o Chega e a CDU nunca o aceitou, mas deixar também claro que sim, houve um acordo, e não tenham medo das palavras, nem de fazer essas referências. Esteve presente com a Presidente Bárbara Dias, na rua 5 de Outubro, nº 52, em Alhos Vedros, neste caso, com o dirigente do Bloco de Esquerda, onde se fez estes acordos, de forma ampla e generalizada, que contemplava todos os órgãos autárquicos. Por isso, não tenham medo das palavras, e não tenham medo de o dizer. Agora, há uma coisa importante que quer que fique aqui clara. As questões da comunicação, ou falta dela, dentro de outras forças partidárias, são questões internas dos outros partidos, a que não lhe obedece qualquer tipo de comentário, e que terão que ser os próprios a resolver entre eles.

Relativamente às novas linhas de autocarro, vão questionar a TML.

Sobre o trabalho que foi referido pelo Presidente de Junta Artur Varandas, trabalho que houve e está a haver, porque é constante, da Câmara Municipal em resolver as ligações ilegais, e bem sabe que havia um Presidente de Câmara que, em 2019, quando se falava da nova ETAR, dizia que a nova ETAR ia resolver 100% dos resíduos que iriam ser lançados ao rio. Das duas, uma, ou desconhecia aquilo que estava a ser feito no seu território, ou quis enganar a todos. O que é certo, é que estão em 2024, continuam a ter problemas, continuam a encontrar ligações ilegais, continuam a fazer as mesmas correções, continuam a investir em equipamento para detetar essas mesmas ligações ilegais, e sim, é feito com a prata da casa. Por isso, não se espantem quando olharem para o orçamento, não se espantem quando olharem para as rubricas, não se espantem pelo facto de estarem a valorizar os trabalhadores, da mesma forma que os valorizámos quando eles fizeram a substituição integral da rede de abastecimento de água na Vinha das Pedras. Isso também é um investimento, é um enorme investimento que fica e que também foi feito com a prata da casa.

Depois, tomou boa nota das observações e dos reparos feitos pelo 1º Secretário, Deputado António Chora, relativamente à rua 26 de Janeiro, na qual, esta semana, tiveram variadíssimas intervenções, ou seja, tiveram que cortar a água duas vezes na mesma rua. Agradecer também o apoio de todos, nomeadamente, da população, que esteve ao lado da Câmara, população essa também que, de forma preventiva, os alertou para uma invasão numa casa que é propriedade do município, junto à tasca “Molha o Bico”, e que a Câmara, uma vez mais, neste caso, na Baixa da Banheira, foi com a PSP, na Moita, foi com a GNR, também impediu uma tentativa de ocupação de uma casa que é da Câmara

Municipal, e também quer agradecer todo o empenho e toda a colaboração das forças de segurança, bem como da população que com eles colabora, mantendo-os alerta das situações que vão acontecendo, para que possam atuar em devido tempo, prevenindo situações que depois, mais tarde, seriam muito mais difíceis de resolver.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Deputado Elvis Freitas, vão tê-las em atenção e avaliá-las no âmbito do tráfego rodoviário, para ver o que é que aqui é possível fazer.

Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor Deputado Municipal João Figueiredo, dizer só o seguinte. Às vezes, perdoem-no, mas ouve certas pessoas e isto parece fábricas de fake news. Das duas, uma, ou as constroem, ou as cavalgam. Gostam de surfar nas mentiras que circulam, para criar mais confusão. Todos sabem, e bem sabem, que a única coisa que aconteceu em Alhos Vedros, na sua escola, foi passar do ensino básico para o ensino secundário. O nome manteve-se e mantém-se. Dizer o seu contrário é querer gerar confusão. Se são tão lesto para vir aqui às reuniões da Assembleia Municipal, e outras, dizer que “tem que se dar um nome àquele equipamento, tem que se dar um nome àquele equipamento”, acreditam que é possível tirar o nome de um equipamento sem ser aqui discutido? Acham que é possível isso acontecer? Por isso, das duas, uma, e por não poder ser por desconhecimento, aquilo que aqui foi dito só pode ser má-fé.

Neste momento, pediu permissão para passar, rapidamente, a palavra à Vice-presidente Sara Silva, para responder aqui a algumas questões que foram colocadas referentes, diretamente, ao seu pelouro, e que, certamente, lhe merecem dizer algo para que possa responder a todos os deputados municipais.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Respondendo à Deputada Carmen Mafra, dizer que as paragens dos autocarros e os horários atualizados é um facto, no entanto, as reuniões mensais que existem entre a TML, entre os parceiros, entre as escolas, também para neste início de ano darem aqui informação sobre os horários a ajustar, de facto, é da responsabilidade da TML, e que têm também a obrigação de colocar nas paragens toda a informação, para aquelas pessoas que não têm acesso às páginas da Carris Metropolitana, e que o deveriam fazer, e que, pelos vistos, por aquilo que disse, que está desatualizado, ainda não foi substituído pelas novas carreiras e com a nova informação. Lamenta, e darão conhecimento à TML na próxima reunião.

Depois, dizer que o estacionamento em cima do passeio é o que mais têm por aí. Infelizmente, é o que têm, também muito por falta de colaboração dos municípios, que não entendem que há sítios próprios para estacionar e que, de facto, o estacionamento em cima do passeio não só o danifica, como também impede as pessoas, os peões, de passarem. E isso é um assunto que, a bem da verdade, só a GNR é que pode tomar esta ocorrência, portanto, neste sentido, não podem fazer muito mais.

Depois sobre a recolha dos sacos ditos big bag, os sacões de entulho, compete à Câmara Municipal e fazem-no semanalmente. Crê que poderá haver alguns constrangimentos, nomeadamente, quando acontecem as festas, em que há atividades maiores nas freguesias, que possam ficar algum tempo por recolher.

Respondendo à Deputada Teresa Lésico, que lhes traz aqui a questão dos monos junto aos contentores, que são uma praga, os verdes e que ficam 3 a 4 semanas, na realidade, não tem indicação de que os monos ficam 3 a 4 semanas, mas pode trazer as fotografias de todos os dias, se tiver, para verificarem se, de facto, ficam 3 a 4 semanas. Não é hábito, poderá ter acontecido de forma esporádica, contudo, não é hábito. O reforço dos contentores, porque a população aumentou, de facto, é uma avaliação a ser feita pela divisão, e não tiveram, até à data, esse pedido de avaliação, mas também crê que os serviços estão atentos, e se houver um grande aumento de novos habitantes nas ruas, com certeza que esse reforço é identificado, até porque, naquilo que toca à aquisição de contentores, neste mandato, duplicaram a aquisição desses contentores, portanto, é sinal de que estão atentos.

Depois, sobre a reciclagem do vidro e do papelão atulhados, infelizmente, também é um pouco daquilo que se vê por todo o concelho. É uma responsabilidade da Amarsul, na sequência daquilo que o senhor Presidente da Junta de Alhos Vedros dizia, têm feito um esforço enorme, em conjunto, para que haja, de facto, esta atenção numa recolha regular. Também têm vindo a insistir no reforço dos ecopontos, e na substituição por outros ecopontos que havia anteriormente, que facilitam a deposição, porque, de facto, estes não têm condições e só apelam a deposição na via pública, porque aqueles encaixes, aquelas aberturas não permitem que as pessoas depositem, ou pelo menos as pessoas não querem desmanchar o cartão para depositar corretamente.

Dizia que recebeu um folheto, e bem, na sua caixa do correio, onde dizia que “a imagem da sua rua é também a sua”. Faz parte de uma campanha de sensibilização. Infelizmente, os monos no concelho, à semelhança do que acontece um pouco pelos concelhos vizinhos, e em todo o país, são uma praga, de facto, e uma praga difícil de controlar enquanto as pessoas também não colaborarem, e essa é a

verdade. O carro passa durante a manhã, e por onde passou, um minuto depois, estão a depositar, e assim é impossível terem a rua limpa, e como dizia que também têm os contentores indiferenciados cheios, de facto, a recolha do lixo é feita de segunda a sábado, com equipas internas e com recurso também a uma contratação externa, e é feita em 7 circuitos. Esporadicamente, pode haver alguns constrangimentos, por exemplo, se faltar o motorista, se adoecer, isso não controlam, mas, por norma, é feita, religiosamente, de segunda a sábado em 7 circuitos.

Respondendo também à que o Deputado João Figueiredo aplicou, em que dizia que “as ruas estão imundas como nunca estiveram”, quer só dar aqui uma noção daquilo que a divisão de higiene urbana, e aquilo que este executivo fez, em comparação com o tempo passado. Em relação ao serviço de higiene urbana, têm 7 circuitos de recolha de resíduos indiferenciados, com equipas internas e têm também um reforço no período de verão de contratação externa que, anteriormente, era feita por 3 meses e que aumentaram para 5, o que foi quase uma duplicação. Têm uma lavagem de contentores em que duplicaram os ciclos de lavagem, têm a recolha de biorresíduos, implementada em 2022, que nunca houve anteriormente. Têm a recolha dos monos e verdes, cujo número de turnos diários era 2 e que duplicaram, e também têm a recolha de monos e verdes numa contratação externa, em 2 turnos, o que anteriormente era feito só pela equipa interna, agora têm não só a equipa interna como uma contratação externa, e esta prestação de serviço foi um reforço que fizeram em 2022.

Têm também, e já a pensar na reciclagem e no cumprimento das metas, não só esta recolha de monos e verdes, a recolha, que implementaram, de óleos alimentares, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, as cápsulas de café, os resíduos têxteis, lâmpadas e toners, e localizaram 4 ecocentros móveis para que todos tivessem a facilidade de aderir a esta reciclagem, muito importante na sustentabilidade do planeta. E, para além disso, também implementaram as ilhas ecológicas, em dois pontos essenciais do concelho, que deixam, de facto, as ruas mais limpas. Para além de tudo, na deservagem, têm equipas externas, 2 empresas externas, a aplicarem também herbicida em zonas periurbanas, em zonas urbanas que não havia anteriormente, nas escolas e com as desinfestações, em vez das 4 campanhas que eram feitas anteriormente, alargaram para 5 campanhas, portanto, não está a ver qual é o sentido que faz quando se diz que “as ruas estão imundas como nunca estiveram”. Não é verdade. Com todo este reforço, não é verdade.

Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita, que referiu aqui novas carreiras, não se trata de novas carreiras, mas sim um alargamento, uma alteração da carreira 4104 circular. Essa alteração decorreu das reuniões com os parceiros, com as escolas públicas e também com a Escola Técnica Profissional, e esta carreira passa a servir não só a Escola Técnica Profissional como também o Bairro da Caixa, e também a população naquela zona, incluindo a nova piscina municipal. Quanto à localização das novas paragens, sabe que estão no site da Carris Metropolitana, mas não sabe dar essa indicação.

O investimento privado que alega que existe no Chão Duro, provavelmente é fruto também do licenciamento zero, que é permitido através da mera comunicação prévia, que o próprio promotor pode fazer, quer no Balcão do Empreendedor, quer no Balcão do Município, portanto, neste momento, não tem qualquer indicação, nem qualquer esclarecimento que possa dar neste sentido.

Só dar aqui uma última nota, respondendo ao senhor Deputado João Faim, que afirma que “nem tudo foi um mar de rosas”, quando se refere às festas da Moita. Pois muito bem, não foi um “mar de rosas”, foram muitas rosas e muito poucos espinhos, porque, de facto, aquilo que alega, de que a limpeza da Avenida não foi feita, teve uma razão, foi porque tiveram uma corrida de toiros no domingo à tarde, que não era habitual.

E também lhe diz, quanto ao estacionamento para deficientes, que muito respeita, e teve a oportunidade, quando o senhor Eduardo Rocha falou na última reunião de Câmara pública, e se tiver curiosidade pode consultar a reunião, de esclarecer e de argumentar porque é que foi feito. Foi feito por imposição de um plano de segurança, porque o perímetro de segurança foi alargado, portanto, fazia sentido não correrem riscos, como correram numa das últimas edições, há muito, que levou à morte de uma criança. Na avenida Teófilo Braga também foram, constantemente, suprimidos alguns estacionamentos dedicados, precisamente, a deficientes, já em anos anteriores, e nunca levantou aqui essa questão. Portanto, isto não é nada que não tenha sido feito, e muito lamenta também estes constrangimentos para todos os moitenses, mas esta é a festa da Moita, e é importante também defenderem um plano de segurança abrangente, um plano de segurança com que as pessoas se possam identificar e que se sintam seguras nestas festas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Neste momento, pediu permissão para uma breve alocação por parte do senhor vereador António Carlos Pereira sobre os transportes escolares.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Relativamente aos circuitos especiais de transporte, às questões que foram colocadas pelos dois deputados municipais, dos alunos com necessidades específicas, dizer e fazer aqui um pequeno enquadramento, dentro desta brevidade, daquilo que é o tentar ser sucinto, nesta questão que, realmente, tem uma grandeza que demoraria aqui mais tempo, seguramente, do que aquele vai aprofundar relativamente a esta questão de um transporte que fazem, neste momento, a 57 alunos com estas necessidades específicas, mas tentará ser o mais breve possível.

Este foi um compromisso que foram assumindo relativamente ao acompanhamento e à monitorização destes circuitos especiais de transportes no ano letivo 23/24, em que o município fazia, e puxou a si, neste ano letivo passado, o circuito a apenas 9 alunos. Todos os outros alunos com necessidades específicas, os circuitos eram realizados pelos seus agrupamentos de escola, do concelho ou fora do concelho. Naturalmente, quando passam de 9 alunos para 57, estão a falar, obviamente, de 6 lotes de transporte, que vão desde Almada até Setúbal, alunos que residem no concelho, e uma grande parte destes alunos mantêm-se a estudar nas escolas do concelho, sobretudo no Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e na José Afonso, mas também estão a falar de outros 4 agrupamentos de escola no Barreiro, no Seixal, em Almada e em Setúbal. Portanto, são 57 alunos que estão nestes circuitos, todos eles com o seu horário, alguns horários idênticos, mas uma grande parte com horários diferenciados, porque estão a falar de alunos desde o primeiro ciclo do ensino básico até ao ensino secundário.

Naturalmente, falando aqui desta responsabilidade que foi assumida, e também daquilo que foram acompanhando, monitorizando e avaliando, quer com os professores destes alunos, quer com os terapeutas destes alunos, quer com os familiares, pais e os próprios alunos, foi aqui entendido que poderiam este ano, também em concertação, obviamente, com os diretores dos agrupamentos, nesta comissão de acompanhamento, passar a centralizar para o município este processo e este plano de transportes. E também é importante aqui dizer que este plano de transportes foi apresentado e validado em sede do Conselho Municipal de Educação, em maio deste ano, juntamente com os outros circuitos ditos normais, nas outras carreiras dos transportes públicos, e na altura, como bem disse o senhor Deputado Elvis Freitas, naquele mês de maio, estavam previstos 50 alunos.

Entretanto, como começaram a estabilizar alguns horários e aquilo que era os circuitos para os alunos, levaram a reunião de Câmara a proposta para se avançar com o procedimento concursal para 54, portanto, durante este processo, que é complexo, mas também, sendo dinâmico, porque os alunos vão apresentando as necessidades, as famílias vão apresentando as necessidades, e que estabilizaram nos 57. Ora, sabem então que há aqui necessidades, e que têm que ser asseguradas para todos, e não ficar ninguém para trás destes 57 alunos, todos eles neste plano de transporte, e foi nesta condição, de ter que encontrar aqui a solução, satisfazer, como aqui foi apresentado, efetivamente, um procedimento concursal, garantir que estes operadores, a cada um que apresentou as suas propostas e que se candidatou, foram avaliados os procedimentos, e foi validado para se iniciar nesta semana este circuito, para também garantirem algo que não estava numa condição, e essa para o executivo era imprescindível, que os circuitos a serem feitos iriam garantir o bem-estar, a segurança, o conforto destes alunos e, sobretudo, que estes alunos não ficassem supridos, nestes transportes, para além do motorista, em cada viatura, de ter também o acompanhamento de um auxiliar a apoiar os estes alunos.

Para o executivo, era uma condição essencial assegurar que todos estes transportes teriam também este apoio, por parte das auxiliares de ação educativa. Era fundamental e imprescindível terem esta condição assegurada para se iniciar estes transportes. Portanto, relativamente a isso, esta é esta a informação que passa, os circuitos estão assegurados com esta empresa, estão a iniciar, como disse, esta semana, assegurando estes 57 alunos a terem suas aulas, nestes 6 agrupamentos de escola diferentes.

Sobre este monobloco na escola nº 3, é realmente uma grande satisfação conseguirem, numa escola básica de primeiro ciclo, que nunca teve ensino pré-escolar, que este ano vá poder, com esta decisão também, e este investimento naquela escola, ter ali um monobloco que pode acolher o ensino pré-escolar para mais crianças, e mais apoio também a famílias que têm crianças entre os 3 e os 5 anos, e funcionar naquela escola. Permitindo, também nesta escola nº 3, aumentar para mais uma sala o ensino do primeiro ciclo, e isto também são boas notícias, obviamente, para as famílias puderem, também ali naquela escola, aumentar para 4 turmas e uma outra de ensino pré-escolar, aumentando então a capacidade de acolher estas crianças desde o ensino pré-escolar até ao quarto ano de escolaridade, se assim for entendido pelos decisores relativamente a este aumento, de todo os anos letivos, do primeiro ao quarto ano puderem ser assegurados naquela escola, assim seja também a decisão do conselho diretivo do agrupamento, portanto, estão assegurados aqui esta sala e este monobloco. Na previsão do procedimento concursal era que fosse mais cedo, e está previsto ser entre dia 7 e dia 11 de outubro, e é nessa data que estão a contar.

Assim como hoje, com os monoblocos que foram colocados na Escola Básica e Secundária José Afonso, e só foi aqui entendido que esta escola teria um nome diferente agora, num artigo que saiu, mas esqueceram-se de ler outros artigos que já tinham saído, também pelos mesmos órgãos, onde dizia que era o Agrupamento de Escolas José Afonso, e esta é a Escola Básica e Secundária José Afonso. Portanto, o que é a notícia aqui foi o nome da escola, não foi a notícia que vão ter nesta escola duas turmas de ensino secundário, vão conseguir ter nesta escola o ensino secundário que foi adiado durante vários anos, durante várias décadas. A notícia aqui é que a escola não se chama escola secundária de Alhos Vedros, mas sim Escola Básica e Secundária José Afonso. A notícia era essa, por isso corrigem aqui e este é o nome da escola, como foi apresentado em vários órgãos.

Só para concluir, relativamente às taxas das refeições, também nesta plataforma integrada de alunos, em que se integrou duas plataformas, que estavam a funcionar de forma autónoma e que criavam constrangimentos, em termos da gestão, ao município, naquilo que era a gestão das refeições escolares, ficando integrados numa única plataforma, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, a questão da gestão das refeições. Aqui há essa opção de fazer os pagamentos em numerário no próprio agrupamento, portanto, há outras opções que não essa, e no caso da cobrança, estão a ver com o próprio operador soluções para não onerar as famílias, e a informação que partilha, neste momento, é essa, de estarem a diligenciar no sentido de a opção da cobrança e do pagamento feita por referências mbway não serem onerosas para quem está a fazer a prestação e a utilização daquela plataforma.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluída a Ordem de Trabalhos e deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, era uma hora e cinquenta minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Carmen Lima

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA			
XIII MANDATO 2021 - 2025			
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 04.07.2024 A 27.09.2024			
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
080	15-07-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 10.07.2024
081	15-07-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Proposta de valor das comparticipações financeiras das famílias para a frequência nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)
082	26-07-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 24.07.2024
083	02-09-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 14.08.2024
084	02-09-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Contrato de arrendamento de frações não habitacionais para a instalação de equipamentos sociais e/ou desenvolvimento de atividades de apoio social
085	04-06-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 30.08.2024
086	04-09-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre: Câmara Municipal da Moita - Agrupamentos de Escolas da Baixa da Banheira e Vale Amoreira Agrupamento de Escolas D. João I Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira - Ai9.PT – Associação Portuguesa para a Inovação e Empreendedorismo Social e Digital; Proposta de Protocolo de Colaboração tripartido entre: Câmara Municipal da Moita - Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo Agrupamento Escolas da Moita Agrupamento Escolas José Afonso - ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita

087	18-09-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Contrato de arrendamento de frações não habitacionais para a instalação de equipamentos sociais e/ou desenvolvimento de atividades de apoio social; Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais de um espaço, sito na Venda do Alcaide, Bairro Pinheiro Grande, no Pinhal Novo – Retificação da Deliberação n.º14/XIII/2024
088	18-09-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 11.09.2024
089	23-09-2024	Cláudia Sofia Alves Dias Fera	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
090	23-09-2024	Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
091	23-09-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
092	23-09-2024	Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
093	23-09-2024	Ana Cristina da Costa Marques Ribeiro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
094	23-09-2024	Cátia Cristina Pereira Tavares	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
095	24-09-2024	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
096	24-09-2024	Fernando Alves Fernandes Gaio	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 27 de setembro
097	27-09-2024	Grupo Municipal da CDU	Solicita a substituição de Carla Carvalho e David Farinha na sessão ordinária de 27 de setembro